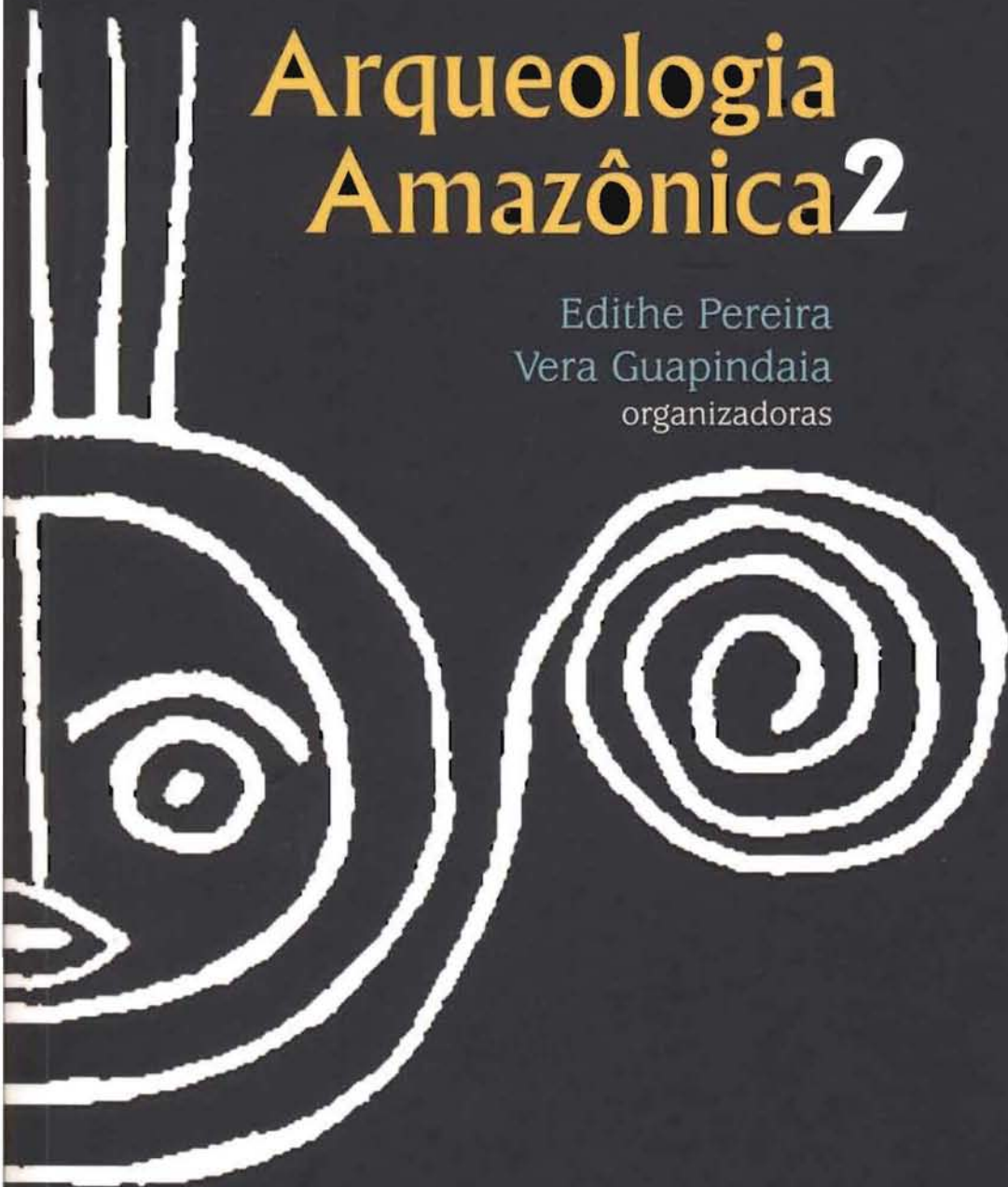


# Arqueologia Amazônica<sup>2</sup>

Edithe Pereira  
Vera Guapindaia  
organizadoras





# **Arqueologia Amazônica**

o potencial  
arqueológico dos  
assentamentos e  
fortificações de  
diferentes bandeiras

*Marcos Albuquerque  
Veleda Lucena*

A Arqueologia Amazônica tem sido mais conhecida através dos tantos sítios arqueológicos pré e proto-históricos, que revelam, através dos elementos materiais de suas culturas, as sucessivas ocupações, a dispersão daqueles povos. Através de tais estudos foi possível reconstituir-se, ainda que de modo incipiente, as inter-relações dos grupos humanos que ali habitaram, o comércio estabelecido entre povos distintos e distantes. Mas a Arqueologia Amazônica tem mais recentemente buscado outro viés: o da interação do colonizador europeu com o mundo amazônico.

A despeito de eventuais incursões de navegadores europeus às terras americanas, até praticamente o final do século XV, as Américas se mantiveram praticamente isoladas do sistema europeu. Assim as inter-relações dos povos americanos seguiam um curso praticamente independente das tramas do sistema europeu.

Ainda que do ponto de vista ecológico a Amazônia represente uma unidade distinta dos demais macrossistemas ecológicos da América do Sul, sabe-se hoje que as inter-relações culturais dos povos americanos ultrapassavam os limites das macro unidades geográficas. Assim é que povos andinos tinham nas florestas úmidas das terras baixas suas vítimas que eram levadas aos sacrifícios. Alguns dos povos que habitavam aquelas terras úmidas seriam, possivelmente, os 'mercadores sul-americanos' que transportavam, negociavam, navegando ao longo dos rios, entre as aldeias. Este intercâmbio de elementos materiais da cultura a longas distâncias, ao longo da calha do Amazonas, já começa a ser percebido pelos arqueólogos. Um intercâmbio que foi também observado entre os vestígios arqueológicos de povos dos sertões e do litoral. Todo este intrincado relacionamento dos povos nativos americanos, embora não esteja ainda inteiramente delineado, constituiu o que se chama Sistema Americano. Um sistema que incluía além de comércio, rivalidades, conflitos, disputas territoriais e guerras.

Em momento anterior à expansão do Sistema Colonial Europeu, a Amazônia encontrava-se inserida no Sistema Americano. Como tal, interagia simultaneamente como palco e ator de complexas relações existentes entre seus vetores. O Sistema Americano encontrava-se em "equilíbrio", o que não quer dizer que não houvesse guerras, conquistas, lutas por territórios, difusão de conhecimento entre os povos que ali habitavam. Entretanto, toda esta trama de relações e inter-relações caracterizava os interesses e equilíbrio deste Sistema.

Em um corte sistêmico neste complexo americano, temos na Amazônia características peculiares que a individualiza dos demais núcleos ocupados pelo homem nas Américas. A intrincada e monumental rede hidrográfica, a diversidade de sua cobertura vegetal, povoada por uma não menor diversidade faunística, permitiu, ou induziu, o homem que habitava a Amazônia a encontrar soluções peculiares para com ela interagir. Homem e meio ambiente se imiscuía. Dominava "mistérios", encontrava soluções, transmitia conhecimentos milenarmente acumulados. Não pensemos, entretanto que esta visão de integração homem/meio ambiente/homem esteja endossando a visão do 'Bom Selvagem' de Rousseau. Acreditamos apenas que havia uma integração do Sistema Americano, que interagia entre si, independentemente de outros sistemas, como o Europeu, por exemplo.

Foi, sobretudo, a partir do início do século XVI que o Sistema (colonial) Europeu, encetou uma grande expansão. Ávidos por riquezas, sobretudo representadas por metais preciosos, a 'descoberta' do 'Novo Mundo' representou um novo campo, uma nova fonte para o comércio, conduzindo a uma busca frenética pelo enriquecimento rápido.

Esta expansão do Sistema Colonial Europeu não ocorreu de forma pacífica, nem entre os componentes deste Sistema e muito menos entre estes e os integrantes do Sistema Americano. O desequilíbrio gerado em ambos os Sistemas, logo concorreu para o aprofundamento da desestabilização ainda mais intensa do Sistema Africano. Desestabilização cultural concomitante com inumeráveis conflitos bélicos.

O final do século XV e início do XVI, a despeito dos esforços conservadores da Igreja Católica, foi um período muito fértil em mudanças, descobertas, invenções. Novos conceitos na construção naval, e, sobretudo o desenvolvimento de mecanismos mais precisos de mensuração do tempo, e em consequência de localização durante as viagens, permitiram aventurar-se em viagens 'por mares nunca d'antes navegados'. Seja ao acaso, seja na tentativa de localizar novas terras, ou novas rotas para o Oriente, portugueses e espanhóis, prejudicados em seu comércio pela tomada de Constantinopla, empenharam-se em uma 'corrida' que os levou às Américas. A Igreja Católica na tentativa de reforçar os laços mantidos com os ibéricos, que mantiveram seu apoio na crise que atravessava a Igreja, avocando para si a capacidade de manifestar-se em nome da divindade, destinou as terras a serem descobertas à Espanha e a Portugal.

De fato as novas terras foram descobertas, repartidas conforme as determinações do Papa, e anunciadas ao mundo. Um mundo que não necessariamente se conformava com a divisão feita, que não reconhecia no Tratado de Tordesilhas o 'Testamento de Adão', como aludiu o então Rei da França.

O potencial bélico da Espanha, sobretudo naval, ainda impunha certa prudência aos interessados nas riquezas do Novo Mundo; mas o anúncio do ouro e prata das terras andinas e da Meso-América, fez disparar uma corrida pela posse das terras americanas.

Declaradamente ou não, os europeus lutavam entre si, com o objetivo de se apossarem de parte das terras do Novo Mundo. Uma luta cujo campo de batalha se desenvolvia nas terras americanas e nas águas entre a Europa e as Américas.

As distintas estratégias utilizadas, sobretudo por espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses, pouco a pouco foram configurando um novo sistema, e as Américas, aos moldes coloniais, teve seu antigo sistema desarticulado e passou a integrar o sistema mundial.

Na conquista das Américas, distintas estratégias foram utilizadas, por diferentes povos, em diferentes momentos e condições, em distintos lugares. Estratégias que se ajustavam às oportunidades que se lhes oferecia, que variou desde as trocas silenciosas ao comércio regular; da hospitalidade à dominação por lutas e traições.

Nesta luta não pode ser desconsiderado o papel da Igreja Católica que se fazia companheira das missões militares, buscando também a sua parte, como demonstram os estudos do período colonial do Novo Mundo. Nesta conquista de homens e almas, e, sobretudo de tesouros, tudo valia: guerra psicológica, bacteriológica, alianças e cooptações com objetivos de reforço de tropas, e demais artimanhas voltadas para os interesses europeus. Estratégias que gradativamente atingiram todo o Sistema Americano. Em virtude do enfoque que foi dado a este trabalho, não serão aqui tratados os 'feitos' de Pinzón e a desarticulação dos povos andinos e meso-americanos. Deteremo-nos apenas em alguns aspectos do pós-contato na Amazônia brasileira.

Embora em relação ao Nordeste e Sudeste do Brasil, a fixação colonial europeia tenha sido ali mais tardia, a Amazônia sempre foi alvo do interesse europeu. Impedidos pelo poderio bélico espanhol de acessar diretamente os tesouros andinos, muitos aventureiros voltaram-se para a busca de novas vias de acesso às minas do interior sul americano. Nesta busca os avanços da cartografia vieram a ser um poderoso instrumento, e várias expedições foram dedicadas ao mapeamento da costa das Américas. Desde cedo o poderoso Amazonas foi visto como o grande caminho de acesso ao interior, e certamente às minas de ouro e de prata, que buscavam.

A busca do 'Eldorado', a certeza da presença de metais preciosos, impulsionou, desde muito cedo, a cobiça e a incursão de europeus na Amazônia. Se o Eldorado, tal como se mostrava no imaginário da época, não foi então encontrado, o sonho não se desfez inteiramente. Os recursos tecnológicos da atualidade, os radares de profundidade, os satélites equipados com vários espectros de onda, capazes de um mapeamento à distância (uma nova forma de cartografia) fez ressurgir uma nova fase de procura por este decantado Eldorado. Atualmente não apenas ouro e prata interessam a aventureiros e governos, mas ainda alumínio cobre, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, tungstênio, zinco e zircônio, abundantes nesta, ainda hoje, misteriosa Amazônia.

## **A defesa da Amazônia uma preocupação antes mesmo da conquista**

Retornando ao período de expansão do Sistema Colonial Europeu, recordemos que muito antes da ocupação holandesa no Nordeste do Brasil (1630-1654), os holandeses já haviam realizado incursões na Amazônia. Não foram meras incursões fortuitas, pois chegaram a construir dois fortes na margem esquerda do Xingu, isto já em 1599. Ora, a construção de fortificações significa a intencionalidade de permanência, de ocupação do território (NOGUEIRA, 2006).

Outras tentativas de ocupação da Amazônia ocorreram com frequência. No ano de 1609 o irlandês Philip Purcell já comercializava o tabaco oriundo da Guiana, através do porto de

Dartmouth na Inglaterra. O seu sucesso foi de tal monta, que em 1612 ele, juntamente com mais 14 irlandeses chegaram a montar uma colônia para o plantio do fumo nas margens do Maracapuru.

Em 1617 a expedição de Raleigh ao Orinoco aumentou o conhecimento da Amazônia por parte de europeus. Decorrente desta experiência Roger North propôs na Inglaterra a criação da Amazon Company. Esta Companhia tinha objetivos maiores do que apenas fundar um entreposto comercial para reunir produtos coletados pelos nativos. Pelo contrário, se propunha a fundar uma colônia, provavelmente na bacia do Cajari. Pretendia não apenas plantar tabaco e algodão como também a cana de açúcar que se tornara um sucesso no Nordeste do Brasil. Ressalte-se, mais uma vez, que todas estas incursões antecederam a fixação portuguesa na Amazônia, como ainda a ocupação do Nordeste do Brasil pelos holandeses. Embora incapaz de efetivamente dominar todo o território com que fora 'presenteado' pelo Papa, os portugueses também não se contentaram com as terras que não lhes oferecia a 'riqueza fácil' que usufruíam os espanhóis. À sombra da União das Coroas Ibéricas os portugueses ultrapassaram livremente os limites de Tordesilhas e em 1616 deram início ao avanço na conquista do Norte, com a fundação de Belém. Considerando as pretensões da Amazon Company, a empreitada portuguesa comandada pelo capitão Francisco Caldeira Castello Branco era muito modesta, haja vista que apenas construíram um pequeno forte de faxina, que gradativamente foi sendo reconstruído e melhorado.

Pouco mais tarde, em 1628, quando os holandeses já pela segunda vez organizavam a conquista da porção produtora de açúcar da colônia portuguesa (espanhola, por extensão), o Nordeste do Brasil, os ingleses continuavam sua tentativa de ocupação da Amazônia, chegando a construir um forte na confluência do Maracapu<sup>3</sup> com o Amazonas. Àquela época, os lusitanos já se mostravam mais atentos à Amazônia, pois logo após a construção do Forte de Manacapuru, ou seja, um ano depois, o pernambucano Pedro da Costa Favela e o português Pedro Teixeira organizaram um ataque a este forte, que foi tomado no dia 24 de outubro deste mesmo ano.

Em 1630, quando os holandeses desembarcaram em Pernambuco, tropas luso-brasileiras começaram a se mobilizar para reagir ao ataque flamengo e evitar a perda de sua colônia produtiva, que lhes auferia grandes lucros. Recursos bélicos, financeiros e de pessoal, estavam sendo canalizados para reprimir o ataque dos holandeses que vieram dispostos a se estabelecer naquele território.

Considerando os recursos disponíveis a época, bem como as dimensões continentais do Brasil, há de se convir que não era fácil a defesa de todo este território simultaneamente. Assim, em

---

<sup>3</sup> Maracapu ou Maracapuru, a diferença na grafia não necessariamente indica tratar-se de dois rios distintos.

1631, quando os esforços de guerra estavam direcionados para reprimir os holandeses em Olinda, os ingleses estavam construindo um forte na margem esquerda do Amazonas, a 15 quilômetros ao sul de onde hoje é a cidade de Macapá. Mesmo envolvidos com a guerra para expulsão dos holandeses, que já ocupavam parte do Nordeste açucareiro, os luso-brasileiros, comandados pelo Capitão-Mor Feliciano Coelho e Pedro Baião conseguiram tomar aquele forte dos ingleses e destruí-lo. A despeito desta e de outras perdas os ingleses não desistiam da ocupação da Amazônia. Até mesmo uma aliança entre ingleses, irlandeses e holandeses foi firmada através da Companhia das Índias Ocidentais, no sentido de estabelecerem uma nova colônia na Amazônia.

Em 1645, tinha início um grande esforço de guerra na Capitania de Pernambuco contra os holandeses. Foi neste ano que foi construído o Arraial Novo do Bom Jesus, considerado o primeiro posto de comando do Exército brasileiro em sua formação. O documento assinado pelos líderes daquele movimento de Restauração registra, pela primeira vez, a palavra Pátria, referindo-se ao Brasil. Estava começando a haver um sentimento de nação. As batalhas que se sucederam, a do Monte das Tabocas, e as batalhas finais em 1648 e 1649, nos Montes Guararapes, culminaram com a derrota holandesa. Apesar da grande pressão a que estavam sendo submetidos no Nordeste do Brasil, naquele mesmo período os holandeses ainda estavam construindo no Norte um forte no Cabo Norte entre os rios Maiaçaré e Cassiporé.

A Amazônia continuava sendo buscada pelos estrangeiros das mais diferentes nacionalidades. Buscava-se conhecê-la, tomá-la, dominá-la.

O vazio político que ali se estabelecera, dera oportunidade às incursões e assentamentos estrangeiros. E a política dos Felipes em relação à presença estrangeira se fez sentir desde o início do período da união das coroas ibéricas, com a expulsão, em 1585, dos franceses estabelecidos a partir da Paraíba. A política de Castela foi mais além: a lei instituída em fevereiro de 1591, restringia o acesso de navios estrangeiros aos portos dos domínios ultramarinos portugueses, e a lei de março de 1605, vedava a qualquer estrangeiro ir às terras portuguesas de além-mar; instituiu ainda o prazo de um ano, para que os estrangeiros que ali residissem, deixassem a colônia.

Cerca de cinco anos após a fundação do Forte do Presépio que dera origem a Belém, com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, política e administrativamente independente do Brasil (ato régio de 1621) buscava consolidar o processo de conquista e manutenção daquela imensa área.

O combate aos que contrabandeavam as riquezas do Brasil se fez através de ações diretas como o aprisionamento e mesmo a morte dos estrangeiros, bem como o assentamento de fortificações e de núcleos urbanos, naquelas áreas frequentadas por estrangeiros. O combate se fez ainda pela ocupação permanente daqueles pontos sistematicamente frequentados pelos estrangeiros. Neste processo a sequência dos núcleos urbanos e das fortificações

implantadas ao longo do caminho trilhado pela conquista forjou a estreita relação estabelecida entre cidades e fortes, na consolidação da ocupação do território colonial.

As raízes portuguesas fincadas com o estabelecimento do Forte do Presépio em 1616, a despeito dos percalços havidos nos anos que se seguiram, resultaram na ampliação dos antigos limites portugueses na América. Esta ocupação portuguesa das terras tidas como de Espanha, de certa forma interessava aos espanhóis. Mas a ocupação das terras, de tantas terras, se defrontava com o problema da disponibilidade de colonos. Um problema que com a Restauração portuguesa, incomodou duplamente a Portugal: garantir junto a Espanha a posse das terras (além da demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas) e manter afastados os demais estrangeiros.

A solução adotada, no caso de Belém, foram os 234 colonos açorianos (de ambos os sexos), trazidos em 1676 para residir e trabalhar na colônia. Solução semelhante à adotada mais tarde para o povoamento de Macapá, e ainda o deslocamento de toda uma população portuguesa no Marrocos, trazida para Mazagão, no atual Amapá.

## As fontes iconográficas

Desde ainda muito cedo foi produzida uma vasta cartografia da Amazônia. Todo este material subsidiou um grande número de incursões por parte de estrangeiros, tanto no período de expansão do Sistema Colonial Europeu, como ainda nos dias atuais.

A representação da hidrografia, em maior ou menor detalhe, é uma preocupação que se pode observar na cartografia, comum a todos. Alguns chegam mesmo a detalhar as sondagens de fundo realizadas.

A distribuição geográfica dos grupos nativos, sobretudo nos primeiros séculos, é outra preocupação que se reflete na cartografia. Possivelmente as notícias dos embates, das chacinas havidas, que vitimaram exploradores, espalharam-se entre navegadores que se dirigiam àquelas terras. Outros grupos eram amistosos, ou pelo menos seletivamente amistosos, em respostas às primeiras experiências com que se depararam frente a europeus de distintas bandeiras.

As iluminuras chamam a atenção para aspectos presentes, quer nas experiências dos autores, quer nas imagens fixadas no inconsciente coletivo daqueles aventureiros.

A cartografia que vem sendo reunida se estende desde a época das primeiras incursões européias do século XVI, reflete a preocupação em assinalar os pontos alcançados, que permitissem um reconhecimento da costa, dos locais mais promissores, daqueles de maiores riscos, fossem eles relativos à navegação, fossem relativos à receptividade ou não dos grupos nativos. Assim é que na cartografia, frequentemente, se encontra referência ao nome dos grupos que ocupavam as terras.



A cartografia muitas vezes representa um verdadeiro 'relato' dos 'feitos praticados' por uma ou mais expedições. Detalha o local dos assentamentos inimigos, por vezes ilustrando, ainda que grosseiramente, suas instalações. As ações são registradas na carta, em texto, como "o forte que lhes tomamos", ou "as casas que queimamos".

As mais antigas imagens da área, selecionadas para este estudo remontam aos séculos XVII e XVIII<sup>4</sup>.

A gravura de Blaeu, de 1631, intitulada 'Guiana ou reino das Amazonas' traz ainda a já antiga lenda do índio empoadado de ouro, que se banhava no Lago de Guatavitá.

É aproximadamente da mesma época o trabalho de João Teixeira Albernaz, o velho, 'Província do Grão-Pará', que registra os limites das incursões portuguesas em direção ao Cabo Norte, ao longo da costa do atual Estado do Amapá. Assinala ainda a fronteira do domínio português, com a representação de um marco que ostenta a coroa real portuguesa (Figura 1).

É ainda de João Teixeira Albernaz, o velho, o trabalho do mesmo período 'Descrição dos rios Pará, Gurupá e Amazonas', onde estão indicadas as povoações indígenas e os locais onde foram destruídas as fortificações e casas de holandeses e ingleses, instaladas na região. Inclui, ainda, a indicação pormenorizada do resultado das sondagens de fundo realizadas (Figura 2).

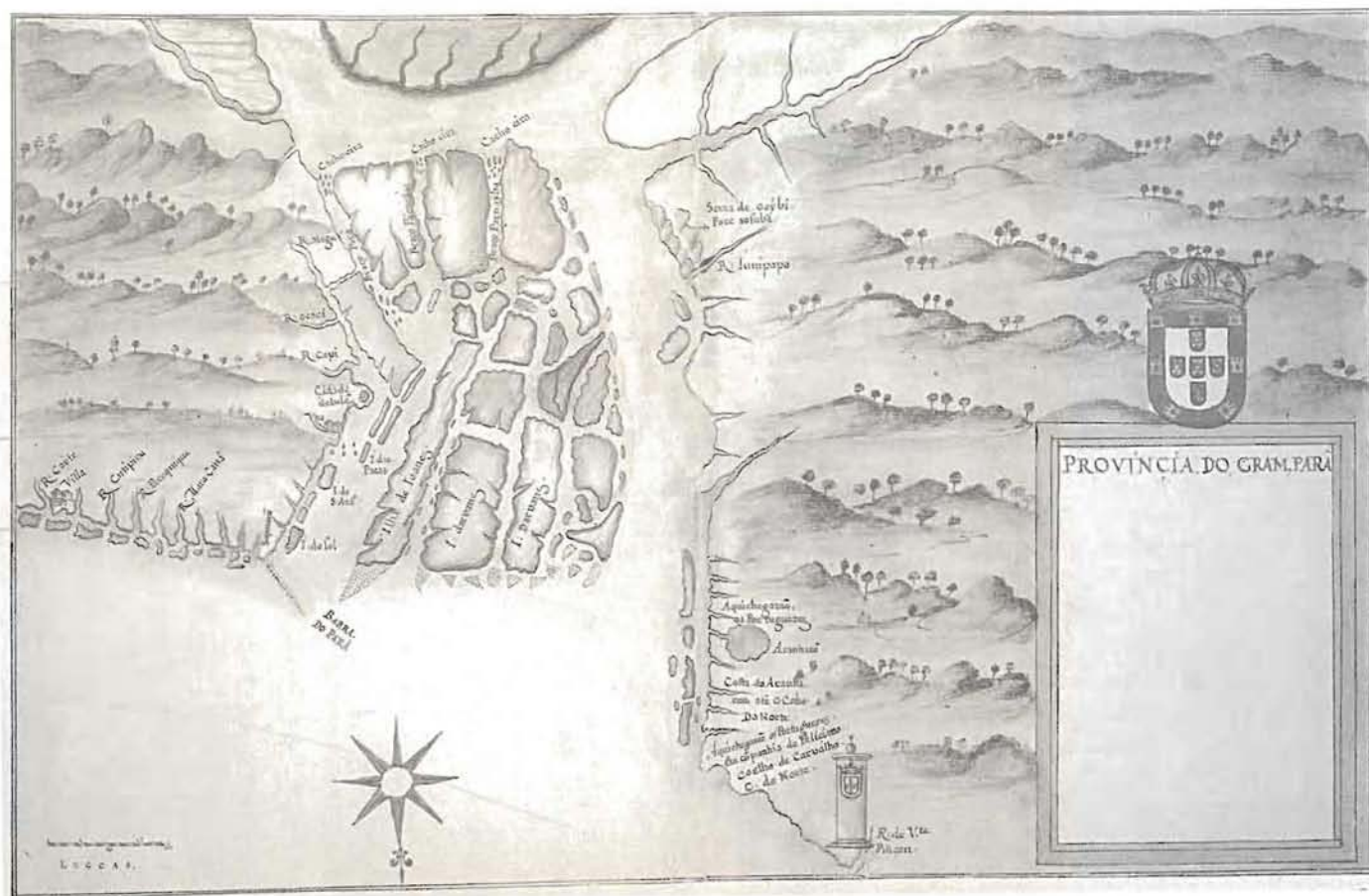
Um pouco mais tarde (1666), tem-se o trabalho de João Teixeira Albernaz, o moço, intitulado 'Demonstração do Pará', que traz a indicação de vários grupos indígenas habitantes das ilhas e margens na foz do Amazonas. Também aí estão registrados os resultados das sondagens de fundo realizadas (Figura 3).

A preocupação com os povos nativos se fez muito presente. Desde o início, quando os espanhóis, valendo-se do Tratado de Tordesilhas, buscaram melhor conhecer aquelas terras, os contatos entre espanhóis e nativos já não foram pacíficos.

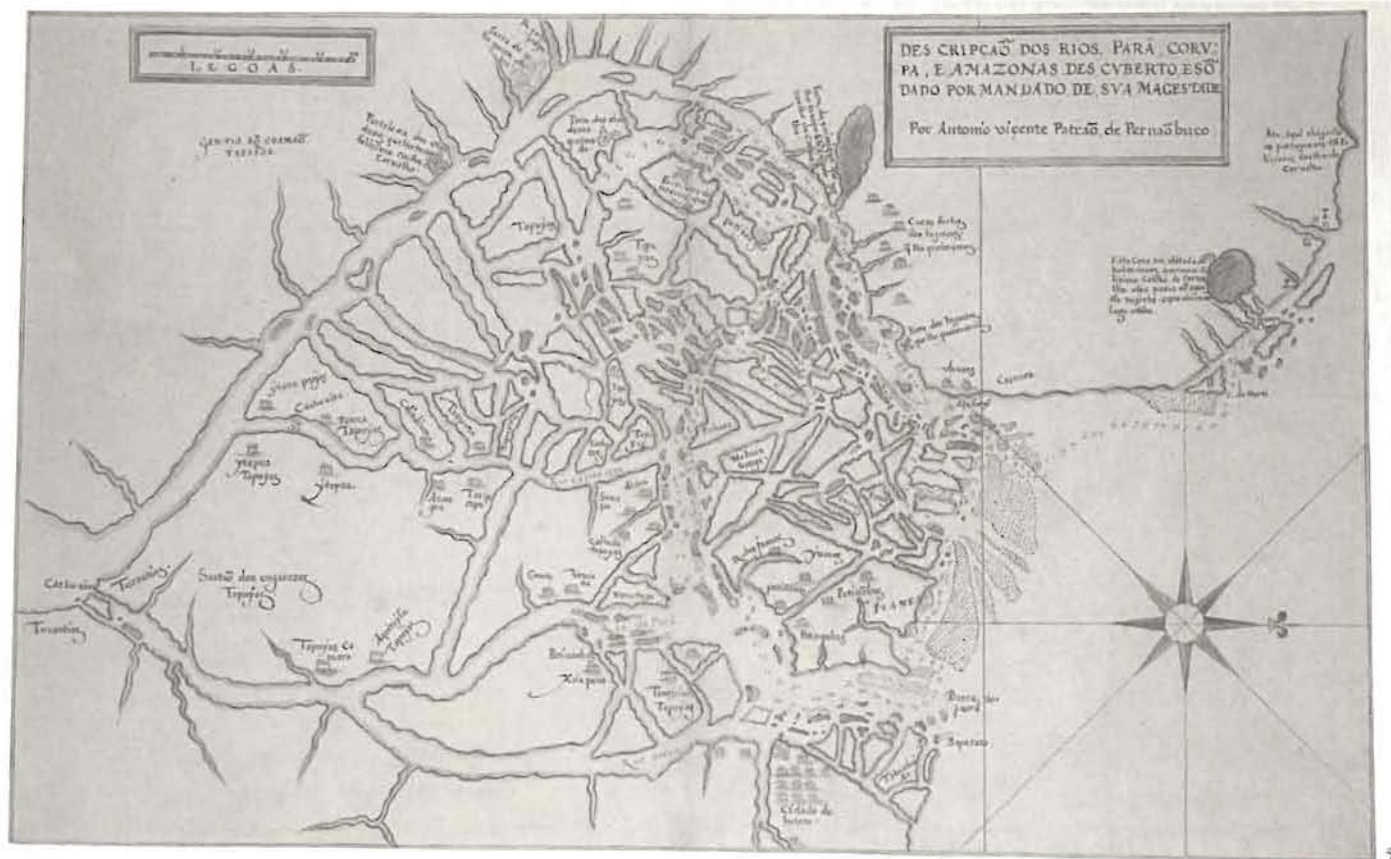
Em março de 1500 os reis espanhóis enviaram uma expedição comandada por Vicente Pinzón, que esteve na costa leste do Novo Mundo, navegando ao longo do litoral do atual Amapá, e adentrando pelo rio Oiapoque. Em seu contato com os habitantes da terra, assumiu logo de início a postura de confronto: trinta indígenas foram aprisionados e levados ao mercado de escravos. Os espanhóis se foram praticamente ilesos, mas deixaram entre os nativos o ódio plantado, cujos reflexos recaíram sobre muitos navegantes que tentaram estabelecer contatos pacíficos.

Poucos anos após a viagem de Pinzón, uma nova expedição espanhola de reconhecimento, desta feita sob o comando de Diogo de Lepe, navegou ao longo do litoral do Amapá. Durante

<sup>4</sup> Todos os mapas, bem como as respectivas legendas são reproduções do livro da Fundação Emílio Odebrecht. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. 396 p.: il., Mapas.



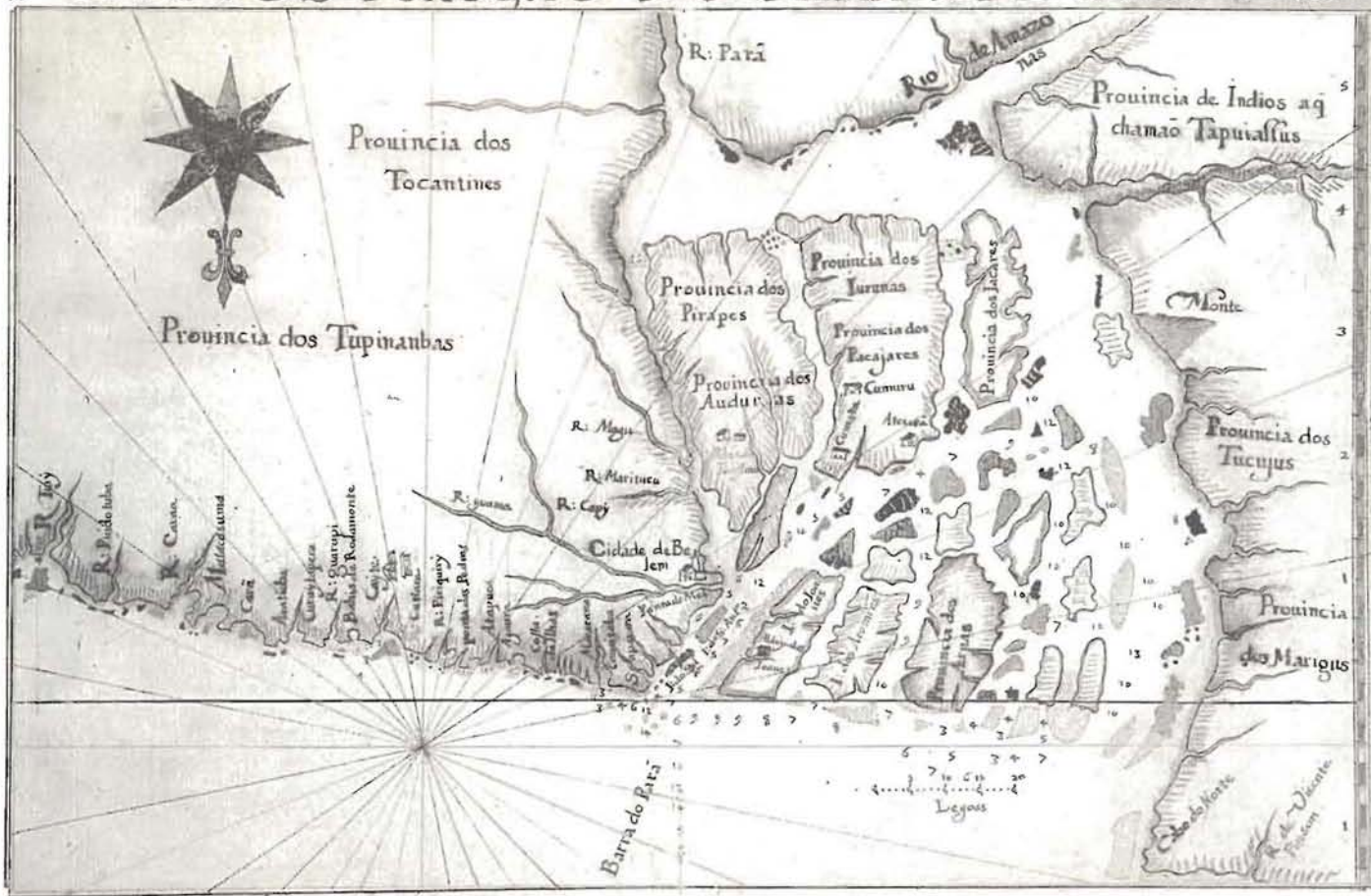
- Figura 1. Província do Grão-Pará. Na foz do rio Vicente Pinzón está desenhado um marco cuja face dianteira ostenta o brasão de Portugal e a coroa real, atestando o limite da soberania territorial lusitana, ao norte. Ao longo da costa, hoje amapaense, legendas confirmam essa soberania: "Aqui chegaram os portugueses"; Costa do Aranha corre até o Cabo do Norte", e "Aqui chegaram os portugueses em companhia de Feliciano Coelho de Carvalho". Albernaz, João Teixeira, o velho (fl. 1602 - 1666).



102

- Figura 2. Descrição dos rios Pará, Gurupá e Amazonas. Indica as nações indígenas e os locais onde foram destruídas as fortificações e casas de holandeses e ingleses instaladas na região. Representação pormenorizada das sondas. Albernaz, Antônio Vicente, 1631, 35.

# DEMONSTRAÇÃO DO PARÁ ATE O RIO TURRY



► Figura 3. Demonstração do Pará. Indicação das sondas, em braças, e a localização de inúmeras nações indígenas, no delta amazônico: Tupinambás, Tocantins, Joanes, Anduras etc. Albernaz, João Teixeira, o moço (fl. 1627-1675).

um desembarque, no confronto que se estabeleceu com os nativos, a sorte não pendeu para o lado dos espanhóis, como acontecera antes: muitos espanhóis ali perderam a vida no combate com índios do Amapá.

Em 1545, partindo do Peru, Francisco Orellana, desceu o Amazonas atingindo o litoral. Acompanhando a costa, navegou ao longo do litoral do Amapá. Cinco anos mais tarde, Orellana retomou ao Novo Mundo. Desta feita tentava, possivelmente, estabelecer o curso inverso, isto é, subir o Amazonas. Em vão. Não conseguiu reencontrar os pontos por onde passara, e assim traçar uma rota para subir o rio. O insucesso de Orellana não estimulou outras tentativas espanholas para explorar a Nueva Andaluzia subindo o Rio das Amazonas.

Desde 1534, Portugal dera início à colonização do Brasil através da implantação das Capitânicas Hereditárias, que abrangiam, pelo menos teoricamente, todo o território a leste do meridiano de Tordesilhas. O afastamento dos espanhóis da foz do Amazonas, estimulou expedições portuguesas a se arriscarem além dos domínios que lhes havia concedido o Papa.

Mas a expedição de 1553, comandada por Luiz de Melo da Silva, não foi bem sucedida. Navegando ao longo do litoral do Amapá, estendeu-se até a costa da Guiana. Em terra, entrou em conflito com os nativos, tendo sido massacrada.

A união das coroas ibéricas entre 1580 e 1640, de certo modo, tornava sem sentido para portugueses e espanhóis, o Tratado de Tordesilhas. Não o tornava inócuo, contudo, às demais nações europeias que almejavam domínios nas Américas. Na realidade, sobretudo à França, desde cedo desconsiderara aquela determinação papal.

O Rei Francisco I de França, insatisfeito com a repartição de terras entre Portugal e Espanha, feita pelos Papas<sup>5</sup>, oferece cobertura e mesmo alimenta a ação dos flibusteiros do Mar do Norte. Desde em 1521 era intensa a ação dos corsários franceses, de modo a por em risco o domínio lusitano das costas do Brasil.

Atuaram nas costas do Brasil desde o Rio de Janeiro, ao longo do Nordeste, em diferentes pontos, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, e Maranhão.

---

<sup>5</sup> ... a Bula papal dividira o mundo a se descobrir por uma linha imaginária entre as coroas portuguesas e espanhola. O litoral brasileiro ficava na parte lusitana, e os espanhóis respeitaram seus direitos. O mesmo não se deu com os franceses, cujo rei (Francisco I) afirmaria desconhecer a cláusula do testamento de Adão que reservara o mundo unicamente a portugueses e espanhóis (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 25). Foram mais além. Estabelecidos na Guiana intentaram ampliar seus domínios até a foz do Amazonas. Em abril de 1697, uma considerável esquadra partindo de Caiena, invade a região, tomando a fortificação existente, guarnecida por apenas 20 homens, que se rederam sem oferecer resistência. Na realidade o ataque francês não fora uma surpresa. Em uma carta enviada carta ao governador do Estado do Maranhão, datada de 1697, o marques de Ferrolies, discutia a questão da fronteira, assinalando o rio Amazonas como limite entre a Guiana e o Brasil.

A reação não se fez esperar muito tempo. No mesmo ano foi organizada uma expedição com o fito de expulsar os franceses. Francisco de Sousa Fundão, comandava uma tropa de 160 soldados e 150 índios. Estabelecidos na ilha de Santana, àquela tropa juntou-se outra, comandada por João Muniz de Mendonça. Dali partiam os ataques ao forte conquistado pelos franceses<sup>6</sup>, que naquela ocasião contava com um efetivo de 43 soldados. Durante o sítio estabelecido, onze franceses morreram e os demais foram presos e enviados à Belém.

Data deste período as obras de Claes Jansz Vooght (Voogt) (1683), e do jesuíta Padre Samuel Fritz (1691) (Figura 4).

O final do século XVII foi marcado por tentativas de soluções diplomáticas. A colonização portuguesa da região que recomeçara em 1688, com base na Fortaleza de Santo Antonio, fora atacada pelos franceses. A sua retomada não chegou a garantir a fixação de colonos na região. O Tratado Provisional assinado em 1700 deixou em suspenso a questão dos limites entre as terras portuguesas e as francesas. Nelas não seriam permitidos assentamentos quer de portugueses, quer de franceses, deveriam ser retirados os colonos de qualquer nação.

De fato, o Tratado não foi efetivamente respeitado. Mesmo com a ratificação do Tratado Provisional em 1701, os franceses continuaram frequentando a região, sob protesto dos portugueses, até a anulação dos acordos. Em 1713, com a mediação da Rainha inglesa Anne foi assinado na Holanda o Tratado de Utrecht que estabelecia como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa, o Rio Oiapoque.

Como os anteriores, o Tratado de Utrecht também não foi respeitado. Corsários franceses, sobretudo durante o governo de Claude d'Orvilhers, frequentemente organizavam incursões, sobretudo com o fito de escravizar nativos que conseguissem aprisionar.

Os combates às ações dos franceses foram a princípio muito tímidos. A reação portuguesa só se fez efetivamente sentir, a partir de 1722, quando João da Maia da Gama assumiu o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará. O novo Governador organizou expedições guarda-costas (1723 a 1728), que deveriam percorriam o litoral, em busca dos corsários. As quatro grandes expedições militares organizadas não chegaram a entrar em combate com os franceses, mas sua ação de presença desestimulou aquelas ações.

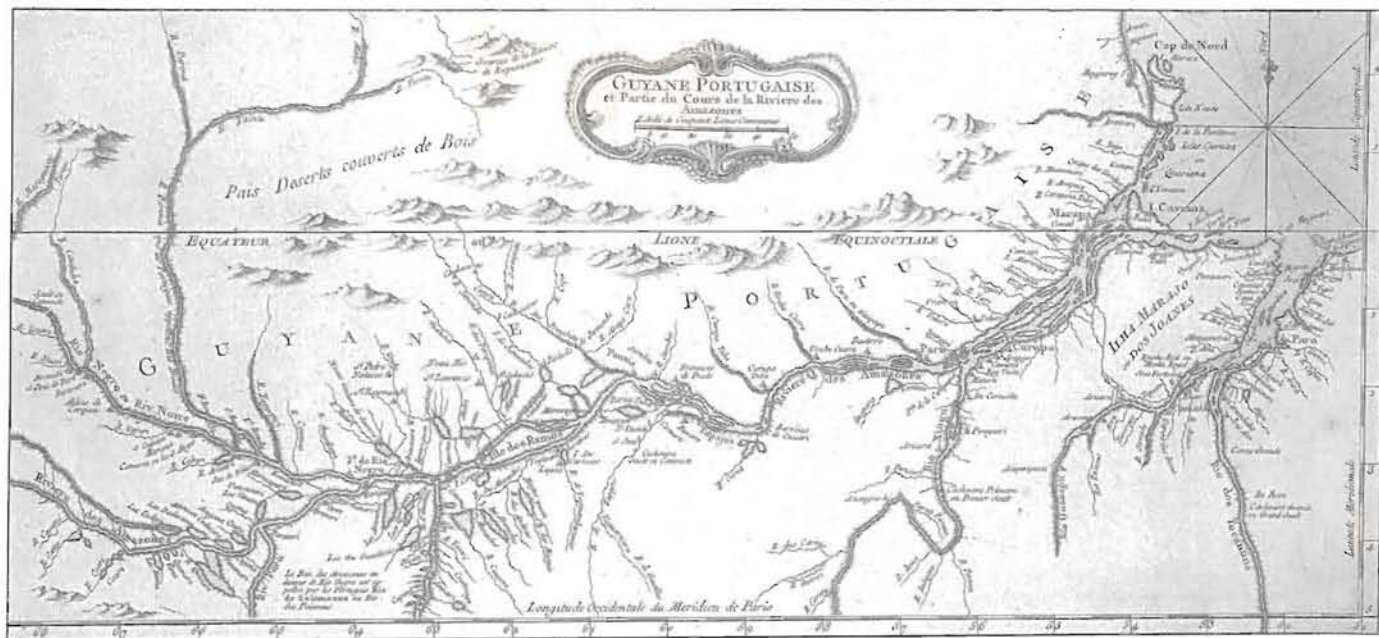
As obras do final de século XVIII e do XIX já refletem o cunho de estudos, científico, que se empresta às expedições (Figura 5).

Além deste mapa, Bellin elaborou outro, sob encomenda, intitulado *Description gógraphique de la Guyane*, à época em que o Governo francês pretendia estabelecer uma colonização agrícola na região.

---

<sup>6</sup> Após conquistarem aos ingleses o forte de Cumaú, os portugueses fundaram no local o forte de Santo Antonio. Em 1697, o Forte de Santo Antônio do Macapá foi dominado por franceses que desciam de Caiena.





► Figura 5. Guiana portuguesa e trecho do Rio Amazonas. Uma nota diz que acima do Rio Negro o Amazonas é chamado pelos portugueses de Solimões ou Rio dos Peixes. Bellin, Jacques Nicolas, o velho (1703-1772).



## Experiências em Arqueologia Histórica

As experiências em arqueologia histórica na Amazônia remontam há algumas décadas. Não descurando da importância dos resultados alcançados por diferentes equipes de arqueologia que trabalharam na área, vamos nos ater a alguns comentários sobre as experiências de nossa equipe.

### Óbidos, um forte do século XIX

Em 1987, tivemos a oportunidade de, a convite da Universidade Federal do Pará, realizarmos uma pesquisa no Forte de Óbidos, um forte do século XIX, construído em Óbidos-Pará. O levantamento de dados históricos e iconográficas realizados para contextualização da pesquisa apontava dois aspectos de extrema importância: do ponto de vista geográfico, o estreito de Óbidos, correspondia ao trecho de menor largura e de maior profundidade do Amazonas; em segundo lugar, do ponto de vista histórico, desde o final do século XVI, aquele ponto fora reconhecido como o único trecho do Amazonas que necessariamente teria de ser navegado ao se viajar ao longo do rio. Aquele ponto não poderia ser ultrapassado através de um 'furo', de uma via alternativa. Ou seja, representava o ponto mais estratégico do rio a ser monitorado, para evitar-se o tráfego e o tráfico, do interior, via o Amazonas. Informação esta que já consta do relato do piloto Bento da Costa, encarregado de complementar a cartografia da região e traçar o roteiro da expedição de Pedro Teixeira que em 1637 subiu o Amazonas até o rio Napo. Em seu relato, o piloto reconhece a posição privilegiada do estreito com relação ao controle do rio (ALBUQUERQUE et al., 1993).

De fato ali a ocupação colonial se deu desde cedo, com a implantação do forte dos Pauxis, junto à missão Pauxi. A posição privilegiada do estreito fora também assinalada pelo jesuíta, Cristóvão de Acunha<sup>7</sup>.

Com a política pombalina, a missão e provavelmente o forte, passam a integrar a então recém criada Vila de Óbidos. Atuante em diferentes ocasiões, o forte manteve seus objetivos de fiscalizar o trânsito naquela passagem do rio. Ao longo do tempo é mencionado como 'Registro', como 'Presídio', sempre mantendo seus objetivos fiscais.

---

<sup>7</sup> O maior estreito onde este Rio recolhe as suas águas é de pouco mais de um quarto de légua na altura de dois graus e dois terços. Lugar sem dúvida previsto pela Divina Providência, estreitando este dilatado mar doce, para que em sua angustura se pudesse construir uma fortaleza que impeça o passo a qualquer Armada Inimiga, por muitas forças que traga, se por acaso entrar pela boca principal deste grande Rio; porque entrando pelo Rio Negro, no mesmo se terá de pôr a defesa. Está esta angustura a trezentas e sessenta léguas do lago de onde em oito dias, com embarcações ligeiras, a vela e a remo, se pode dar aviso muito antes que o Inimigo as aviste (Apud. REIS, 1979, p.15)

Mais tarde, já no século XIX, sob a bandeira do Brasil imperial, um novo forte foi construído na área. Este segundo forte, já de há muito desarmado, abandonado, foi o objeto da pesquisa arqueológica (Figura 6).

Seu traçado foi calcado já em uma então nova concepção de fortificação, praticamente fora das vistas do inimigo. Construída na segunda metade do século XIX, suas muralhas eram rebaixadas, e o forte praticamente enterrado na alta barranca do rio (Figura 7).

► Figura 6.  
Escavação  
arqueológica no  
interior da praça de  
armas do Forte de  
Óbidos.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 7.  
Forte sobre a  
barranca do rio;  
apenas o terraplino  
dos canhões  
(montados a  
barbeta) estão  
expostos à  
superfície. Observe-  
se a largura do rio  
abaixo, e a artilharia  
dominando a  
passagem.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



Deste modo o forte era praticamente imperceptível aos barcos e navios que por ali passavam; e suas muralhas praticamente fora do alcance dos tiros diretos, das então novas armas raiadas (Figura 8).

A pesquisa arqueológica realizada permitiu o resgate de defesas externas e dos acessos alternativos para a margem do rio. Foram ainda localizadas estruturas internas de coleta e de armazenamento de água potável. Assim foram elucidadas algumas questões de reinterpretação popular de suas estruturas (cisternas no interior das muralhas que eram vistas como masmorras e câmaras de tortura) (ALBUQUERQUE, 2010).

A pesquisa permitiu ainda recuperar-se informações do cotidiano do forte, dos costumes associados à alimentação e às práticas de treinamento militar e lúdicas (Figura 9) e (Figura 10).

► Figura 8.  
Terrapleno após a  
escavação,  
revelando as bases  
de canhão e as  
valetas de  
escoamento das  
águas das chuvas.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 9.  
Escavação no  
terreno contíguo à  
muralha (externa).  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.





► Figura 10.  
Escavação em  
trincheira que  
revelou antiga  
trincheira, já em  
desuso.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

## O canal Norte do Amazonas

Para as embarcações que vêm do Norte o acesso natural ao Amazonas se dá bordejando a costa onde hoje existe a cidade de Macapá, capital do Amapá.

Desde 1738, quando a colonização portuguesa foi retomada, e ali foi instalado um destacamento militar, o Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco insistia em estabelecer um povoado e em fortificar a foz do Amazonas. Mas durante o reinado de D. João V, de pouco valeram suas ponderações e as providências tomadas, meramente administrativas, não repercutiram sobre o efetivo povoamento da região.

É somente durante o reinado de D. José que ações efetivas de colonização tiveram início. Naquela ocasião o Marques de Pombal, ministro do reino, estabelece uma política para a região amazônica, e em 1751, assume o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Neste mesmo ano, é enviada uma expedição que trazia soldados e colonos vindos dos Açores. Aquela população deveria ser fixada em Macapá, na Vila e na Fortaleza que se construía (ALBUQUERQUE, 2006, b, c).

## A grande defesa do canal Norte: A Fortaleza de São José de Macapá

A Fortaleza de São José de Macapá é bem tombado pelo Governo Federal, inscrito no Livro de Tombamento Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria de Infraestrutura, vem, desde 1997 se dedicando à restauração da Fortaleza de São José de Macapá. Com a ativa participação da 2ª Superintendência Regional do IPHAN, buscou-se que esta restauração se desse em moldes de respeito à obra, sem negligenciar a possibilidade de uso como área de lazer cultural.

Em diferentes momentos anteriores, a Fortaleza foi alvo de pesquisas, tanto arquitetônica quanto arqueológica. É com base nestas pesquisas que a fortaleza vinha sendo restaurada. Apesar da amplitude das pesquisas realizadas, alguns trechos foram considerados insuficientemente estudados. Entre eles, as faces que assinalavam outras obras externas de defesa além do revelim existente. Embora existissem referências históricas e iconográficas, não existiam evidências à mostra de que houvessem sido efetivamente construídas.

Na realidade, desde a apresentação do projeto paisagístico, a arquiteta Rosa Kliass assinalava que o projeto executivo para as obras de paisagismo do entorno da Fortaleza “apenas seriam definidos após as pesquisas arqueológicas”. É muito importante assinalar o papel desempenhado pelos arquitetos Alcir Matos, então Secretário de Infraestrutura do Amapá e Eloane Cantuária, então Gerente do Projeto do entorno da Fortaleza, pelos esforços desenvolvidos no sentido de garantir que o projeto associasse a beleza do paisagismo à fidedignidade do objeto histórico (MATOS, 2006).

O Parecer emitido pela 2ª Superintendência Regional do IPHAN, relativo ao Projeto – recomendou à Secretaria da Infraestrutura do Governo do Estado do Macapá a realização de pesquisa arqueológica nas áreas a serem afetadas pelo projeto executivo de urbanização e paisagismo (arquitetura paisagística) da Fortaleza de São José de Macapá. Esta última pesquisa ali realizada coube à equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Em decorrência dos levantamentos históricos e iconográficos, além da contribuição de outros pesquisadores que precederam a nossa pesquisa arqueológica, com base nos resultados obtidos durante as escavações realizadas, pode-se hoje traçar um histórico da construção, deterioração e recuperação deste monumento.

Desde a modernização dos armamentos, com as alterações nos conceitos de defesa, a Fortaleza de São José de Macapá foi praticamente abandonada como unidade de defesa. Entretanto, a própria grandiosidade da obra, impôs-se, despertou a atenção para a sua preservação.

Preservação no sentido lato, algumas vezes mesmo, desprovida de minudências, de achegues técnicos ou científicos. Mas ainda assim buscou-se desacelerar, conter, o processo de deterioração. Neste tocante há que se ressaltar o papel da Guarda Territorial, que em meados do século XX realizou diversas obras na Fortaleza, evitando seu arruinamento.

Inversamente, o processo de 'reintegração' da Fortaleza à vida da cidade, promoveu mutilações que afetaram significativamente a leitura do conjunto do monumento. Mutilações sucessivas que se processaram desde o início do século XIX, quando, possivelmente algumas obras externas foram consideradas já desnecessárias.

Durante o século XX, obras públicas também contribuíram no sentido de mutilar a Fortaleza. Um exemplo deste tipo de ação, a integração do fosso seco da Fortaleza à malha viária urbana. Neste mesmo sentido foi levada a cabo a demolição da contra-escarpa do fosso seco no trecho em frente ao revelim.

O desinteresse para com as obras externas revelou-se ainda com a construção de imóveis sobre o caminho coberto, e tantas outras ações, que foram registradas arqueologicamente. A implantação das instalações do clube Círculo Militar na área em que teria existido a 'bateria baixa', foi outro elemento que contribuiu, provavelmente, para 'apagar' os vestígios de antigas obras externas de defesa. Não apenas a construção das instalações do clube, mas ainda a demolição daquelas obras e a terraplanagem que se seguiu, teria eliminado os vestígios de construções setecentistas. O uso daquela mesma área, já no final do século XX, como depósito de material para as obras de ajardinamento do entorno da Fortaleza, promoveu frequentes deposições e remoções mecanizadas que, por seu turno, provavelmente, fizeram desaparecer até mesmo os tênues vestígios que restariam da antiga bateria baixa, referidos por Marcos Pereira Magalhães em pesquisa realizada em 1999 (MAGALHÃES, 1999).

Por outro lado, o excelente trabalho de pesquisa documental realizado por Dora Monteiro Alcântara e Antonio Pedro Gomes de Alcântara<sup>8</sup> levantou questões que envolviam aspectos da Fortaleza que não poderiam ser respondidas apenas através da documentação textual e iconográfica.

Questões que envolviam as obras externas de defesa, projetadas para integrar o complexo da Fortaleza de São José de Macapá. A ausência de vestígios superficiais, aparentes, deixava dúvida quanto terem sido aquelas obras de fato construídas ou terem sido destruídas ao longo do tempo. Pesquisas arqueológicas desenvolvidas na década de 90 chamaram a atenção para alguns indícios de existência de remanescentes de obras de defesa já destruídas. Entretanto o caráter punctual do estudo não chegou a revelar a extensão, a grandiosidade

---

<sup>8</sup> Alcântara (1979).

das obras externas de defesa que envolviam a Fortaleza, que foram reveladas por esta pesquisa arqueológica (ALBUQUERQUE, 2008).

Com a implantação do Projeto executivo de urbanização e paisagismo da Fortaleza de São José de Macapá, a 2ª SR do IPHAN recomendou a realização de pesquisa arqueológica nas áreas a serem afetadas pelo projeto. A Secretaria da Infraestrutura solicitou à equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE a elaboração de um projeto de pesquisa arqueológica, com vistas a fundamentar o processo de reabilitação daquelas áreas.

Os resultados obtidos através da pesquisa arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia em duas campanhas (agosto/setembro de 2002<sup>9</sup> e setembro/dezembro de 2003) evidenciaram que as obras externas projetadas, circundando os baluartes de São Pedro, da Madre de Deus e de São José foram executadas e posteriormente abandonadas ou mesmo destruídas. Uma nova dimensão, não conhecida há pelo menos um século foi efetivamente revelada pela pesquisa arqueológica realizada, confere à Fortaleza de São José de Macapá a dimensão de 'fortaleza'. A ampla sequência de estruturas externas de defesa revela sua complexidade e a grandiosidade da obra.

No trecho entre os baluartes de São José e de N. S. da Conceição, quando foi iniciada a pesquisa, a área já havia sido agenciada, não tendo sido estudada por esta equipe. A análise iconográfica, entretanto permite supor que tais obras externas de defesa, caso tenham sido construídas, sua destruição estaria associada ao assédio das águas do Igarapé cujo avanço naquele trecho está documentado fotograficamente.

Na face voltada para o Rio Amazonas, entre os baluartes de N. S. da Conceição e de São Pedro, como foi referido anteriormente, a utilização da área na segunda metade do século XX destruiu quaisquer vestígios que porventura restassem de estruturas anteriores. Mormente porque, como supomos, as obras planejadas e construídas (ou não) naquela face da Fortaleza teriam sido em terra, sem fundações, portanto.

A malha de trincheiras abertas durante a escavação arqueológica, por nós realizada naquela área, levando em consideração diferentes planos apresentados para a Fortaleza, não revelou quaisquer vestígios de bases em pedra e cal que pudessem estar relacionadas às antigas obras de defesa. Mesmo a tentativa de recuperar os tênues vestígios mencionados em relatório de pesquisa anterior, foi infrutífera, ainda que o serviço de topografia da SEINF reconstituisse os locais dos cortes anteriormente realizados. Possivelmente, a deposição e remoção mecanizada de materiais, o uso posterior de máquinas de terraplanagem se encarregou de remover aqueles últimos vestígios (Figura 11).

---

<sup>9</sup> Portaria de N.117 de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União.

► Figura 11. Trincheiras abertas na área da 'bateria baixa', não revelaram vestígios de antigas estruturas, apenas de restos do Clube Militar ali implantado no século XX. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.



## Defesa da poterna Sul

Desde as primeiras plantas de 1764, quando foram projetadas as defesas externas, a poterna sul estava defendida. Na planta de Antonio Gallúcio aprovada em 1764 pela Comissão Demarcadora das Fronteiras, aquela defesa fora planejada como um revelim. Com a morte de Gallúcio no mesmo ano em que as obras da Fortaleza foram iniciadas, os planos foram parcialmente refeitos. A planta contendo modificações, datada de 1765, altera a defesa externa da face Sul. O revelim projetado foi reduzido a uma estrutura bem menor (FONTANA, 2005).

De há muito desativado, a área outrora ocupada pelo redente foi reocupada (assentamentos irregulares) e mascarada por sucessivas interferências. A pesquisa arqueológica possibilitou sua identificação e resgate (Figuras 12 a 14).



► Figura 12.  
Vista aérea da face  
entre os baluartes  
da Madre de Deus  
e de Santo Antônio,  
onde se vê, em  
frente à poterna no  
centro da cortina, o  
redente resgatado  
pela pesquisa  
arqueológica.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 13.  
Acesso entre o  
fosso e o redente,  
resgatado pela  
pesquisa  
arqueológica.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.





► Figura 14. Panorâmica da área do redente, onde a escavação arqueológica deixou à mostra as bases da artilharia. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.

## A praça do caminho coberto

Buscando manter os inimigos o mais distante possível da 'praça' defendida, e ainda possibilitar ângulos diferentes de tiro, a engenharia militar da época recomendava a implantação de praças de armas fechadas ao longo do 'caminho coberto'. Elas deviam ocupar todos os ângulos do 'caminho coberto', exceto ângulos salientes em frente aos revelins (PIROTO et al., 2003).

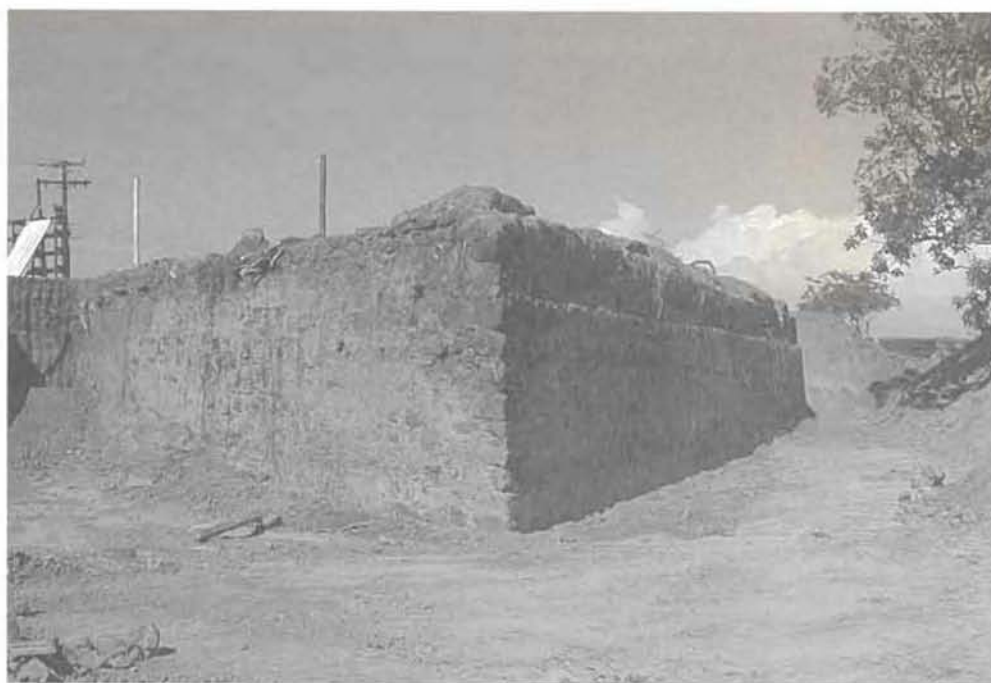
Na Fortaleza de São José de Macapá as recomendações foram seguidas. Em frente a cada um dos quatro baluartes foram projetadas praças de armas. Entretanto, com as alterações havidas ao longo do tempo, apenas a área em frente ao baluarte da Madre de Deus guardou o testemunho de uma antiga praça de armas (Figura 15). Aquela praça foi em parte construída 'além da ribanceira', o que exigiu uma sólida muralha para conter um grande aterro (Figura 16).

O principal acesso à Fortaleza se dava através do caminho coberto que ladeava o revelim. A terraplanagem realizada em frente à Fortaleza se encarregou de removê-lo. Apenas os vestígios de suas fundações puderam ser resgatados pela pesquisa arqueológica. Tratava-se de uma longa rampa de acesso que unia a esplanada ao caminho coberto (Figura 17).

► Figura 15.  
Vista aérea da  
praça do caminho  
coberto, resgatada  
arqueologicamente.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 16.  
Vista da muralha  
que suporta o  
aterro da praça do  
caminho coberto,  
em frente ao  
baluarte da Madre  
de Deus.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



Em frente ao revelim que defendia a porta principal da fortaleza, a contra-escarpa do fosso fora arrasada, bem como a contra-muralha de contenção do caminho coberto, permitindo o trânsito de veículos no interior do fosso, que fora 'incorporado' à rede viária urbana em meados do século XX (Figura 18).

► Figura 17. Vestígios da estrutura que suportava o aterro em rampa que conduzia da esplanada ao caminho coberto. A interrupção da estrutura se dá no trecho em que 'montava' sobre a contra-escarpa do caminho coberto, também resgatada pela pesquisa arqueológica. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.



► Figura 18. Vista aérea da área escavada em frente ao revelim que revelou a contra-escarpa do fosso e a contra-escarpa do caminho coberto. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.



Em frente ao revelim, a contra-escarpa do fosso foi em parte construída 'além da ribanceira', exigindo um engradado de madeira, que serviria para garantir a estabilidade da pesada estrutura de pedras, como aconteceu sob a muralha do baluarte de São José (Figuras 19 e 20).



► Figura 19.  
Parte da fundação  
da contra-escarpa  
do caminho  
coberto em frente  
ao revelim.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 20.  
Detalhe da  
estrutura anterior  
onde se vê parte de  
um esteio em  
acapu, tostado, que  
repousava sobre  
outros que  
formavam o  
engradado de  
madeira na base  
da estrutura em  
pedras.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

Outra área funcional da fortaleza foi ainda resgatada através da pesquisa arqueológica: o acesso entre o fosso, o redente e a praça do caminho coberto (Figura 21).

O Estado do Amapá tem o privilégio de ter mantido entre seus monumentos históricos uma das maiores fortalezas construídas no Brasil, no Século XVIII, e que conservou grande parte de seu conjunto. A salvaguarda deste conjunto histórico representa uma extraordinária oportunidade de preservação dos valores culturais e sociais do Amapá, e certamente para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial.

A pesquisa arqueológica permitiu conhecer-se grande parte de suas obras externas de defesa da Fortaleza de São José de Macapá, em termos de conhecimento cientificamente embasado. Os resultados alcançados permitiram ampliar o potencial de devolver à população uma leitura mais real do que foi a Fortaleza de São José de Macapá (Figura 22).

Por outro lado, a pesquisa arqueológica possibilitou ainda, do ponto de vista científico, o conhecimento das obras ali realizadas, das técnicas e materiais empregados, como é o caso das fundações em madeira, utilizadas em terrenos alagadiços (solo mole), para suportar pesadas estruturas em pedra. Este conhecimento gerado está, portanto disponível para a aplicação prática, ou seja, o uso deste conhecimento na restauração do monumento.



► Figura 21.  
Escavação que permitiu a recuperação das fundações da estrutura de acesso entre o fosso e o caminho coberto nas faces sul e sudoeste da Fortaleza.  
Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.

Evidentemente o partido a ser adotado para as obras de restauração da Fortaleza de São José de Macapá é questão afeta aos técnicos do governo e do IPHAN. Entretanto, qualquer que seja o partido a ser adotado, os técnicos podem hoje dispor de um corpo de informações e comprovações que atende às recomendações para a restauração quanto à existência de dados suficientes que testemunhem um estado anterior do bem.

No caso do partido a ser adotado vir a privilegiar a restauração dos segmentos destruídos durante o final do século XIX e o XX, considerando que o restabelecimento desse estado conduzirá a uma valorização da significação cultural do referido bem<sup>10</sup>, tal decisão estaria fundamentada no princípio de respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, materiais e documentais.

A pesquisa proporcionou ainda uma avaliação de danos nas estruturas das defesas externas, com base no estado de conservação/situação, assinalando as interferências possíveis, as condições disponíveis para a interferência para preservação. Visou desta forma contribuir para com a tomada de decisões relativas ao tratamento a ser adotado para as estruturas recuperadas arqueologicamente.



► Figura 22.  
Vista aérea do complexo da Fortaleza de São José de Macapá, com realce nas áreas resgatadas pela pesquisa arqueológica. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.

<sup>10</sup> Artigo 130 da Carta de Burra, Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

## Mazagão: um sonho português na África e na Amazônia

Durante o século XVI Portugal já fincara raízes em diferentes terras de além mar. Pontos de comércio, colônias, foram sendo implantados na América, em terras d'África e até mesmo no Oriente. As investidas contra os mouros levaram a ocupação de diferentes cidades da área meridional de Marrocos. Aos poucos, no entanto, os mouros começavam a recuperar suas cidades, destruindo pouco a pouco o sonho lusitano.

A cidade de Mazagão estava situada à beira mar, ao sul da baía. Por determinação de D. João III fora fortificada, transformada em uma cidadela, considerada como praticamente inexpugnável. E por dois séculos Mazagão garantiu a presença portuguesa em Marrocos.

Mas a posição da cidade certamente inspirava cuidados, apesar de suas sólidas muralhas. Isolada por terra pelos mouros, apenas por mar poderia ser socorrida no caso de um cerco muito prolongado. E muitos foram os cercos, os ataques sofridos por Mazagão: em 1751, 1752, 1753, 1754, 1756, 1760, 1763, a cidade se viu na iminência de ser tomada. Mas foi em 1769 que um poderoso contingente de 8.000 homens montou o último cerco à cidade.

Duzentos e cinquenta e seis anos já haviam se passado desde que os portugueses fundaram Mazagão. Mas à volta da cidadela crescia a hostilidade das tribos árabes. Liderados pelo Sultão Sidi Mohamed bem Abdallah, o cerco a Mazagão se mostrava disposto a ser prolongado além do que seria razoável tentar resistir. A vida, a economia de Mazagão passaria a depender exclusivamente de seu contato marítimo com a Metrópole; e mais, a conjuntura sinalizava para a inviabilidade dos objetivos daquela colônia, sejam seus objetivos econômicos, sejam os objetivos religiosos<sup>11</sup>.

Por outro lado, no reinado de D. José, a política portuguesa assumia novos rumos. A intensificação dos conflitos em Marrocos coincidiu com um período em que a política portuguesa buscava intensificar o povoamento das fronteiras de sua colônia americana, garantindo assim as reservas do ouro que vinha sendo explorado (DUARTE, 2006).

Assim é que, entre 1755 e 1759, durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (governador do Grão Pará entre 1751 e 1758), haviam sido fundadas cerca de 60 vilas e povoados no Estado do Grão-Pará.

---

<sup>11</sup> "Havendo S. Magestade há muitos anos conhecido o quanto inútil era sustentar a praça de Mazagão, e a grande despeza, que era obrigada a fazer para a sustentar, e não se seguindo fructo algum ao christianismo; porque era impossível o propagar-se por aquella porta, pelo ódio irreconciliável que aqueles bárbaros conservávão aos moradores da mesma praça, por cuja causa também não podia fazer progresso algum o comércio, e em consequência acharem-se aqueles miseráveis moradores condenados a uma perpétua penúria, sendo-lhes necessário até para terem uma pouca de lenha arriscarem as vidas, como todos os dias estava sucedendo." Carta de 16 de Março de 1769, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando o governador do Grão Pará, Fernando da Costa de Ataíde e Teive da decisão régia de abandonar a praça marroquina e de transferir os seus moradores para o Pará.



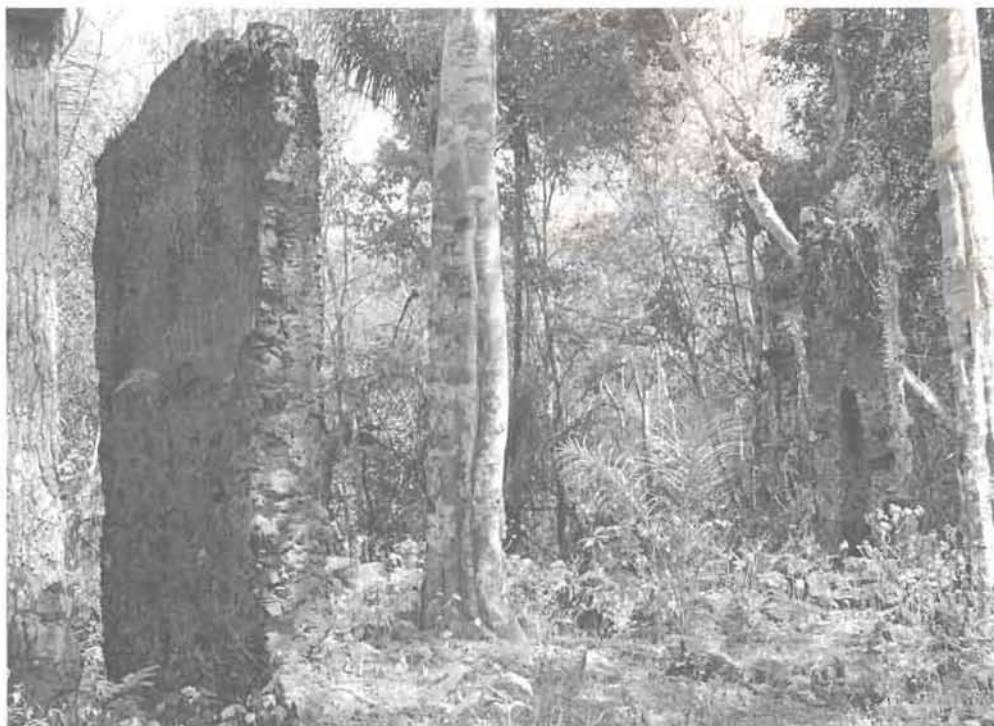
Mas nos meados do século XVIII, parece que já não se mostrava muito fácil arregimentar colonos voluntários para a América. Os dois problemas confluíram para a solução: transplantar para a América a colônia de Marrocos.

Deste modo, ao tomar conhecimento do cerco que se montava a Mazagão, o Rei ordenou o abandono da praça e o embarque imediato da população para Lisboa. Mas não era Lisboa o destino final daquela população: as preocupações da coroa portuguesa com a ocupação da Amazônia fizeram com que se integrasse a estratégia de evacuação de Mazagão em Marrocos, com a implantação de uma Nova Mazagão na Amazônia.

A prospecção arqueológica realizada pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE no entorno do Povoado de Mazagão Velho permitiu uma avaliação preliminar da correspondência espacial entre o atual povoado de Mazagão Velho e a antiga 'Nova Mazagão', bem como o potencial de vestígios arqueológicos da área (ALBUQUERQUE, 2006).

O trabalho realizado abrangeu etapas de gabinete e de campo, onde se buscou inicialmente a análise comparativa entre o traçado do povoado atual e o traçado proposto para a Vila da Nova Mazagão, por Sambucetti.

Um ponto entretanto, chamava a atenção. A presença de ruínas de uma construção em pedras, em meio à floresta que circunda o povoado, fora da área atualmente habitada (Figura 23).



► Figura 23.  
Dois paredões em  
pedra, são  
remanescentes das  
ruínas tomadas  
pela mata.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

As ruínas são identificadas pela tradição popular como de uma antiga igreja, a primeira da Vila de Mazagão. Abandonada, a igreja teria entrado em ruína e desabado parcialmente

De alguma forma restou no inconsciente coletivo uma associação entre o local da antiga igreja e a presença de sepultamentos, o que conferia ao local uma aura de mistério e um certo temor por parte de alguns moradores (Figura 24).

Além das paredes que restaram em pé, nada se podia observar à superfície afora os vestígios do desmoronamento de permeio com a argila. A rua que fora aberta em frente ao novo cemitério do povoado (nas proximidades das ruínas) terraplenara o local até bem próximo às paredes. À superfície nada restava do traçado do imóvel que pudesse levar à sua identificação.

A prospecção arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE no povoado de Mazagão Velho revelou que os dois paredões em ruínas, localizados fora da área atualmente ocupada pelo povoado, estão relacionados a uma igreja que ocupou cerca de 600 m<sup>2</sup> (Figura 25).

O traçado apresenta muitas semelhanças com outras obras propostas por Sambucetti para a região (a matriz de Macapá, por exemplo).

Um ponto, entretanto, é díspar em relação à documentação histórica: sua localização. Segundo todas as plantas até o momento identificadas com a Vila de Nova Mazagão, a igreja seria construída nas proximidades do Rio e não naquele ponto, distante das águas.



► Figura 24. Quando a prospecção identificou as ruínas da igreja, moradores levaram flores que deixaram no local, juntamente com a referência escrita em uma lâmpada fluorescente. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.

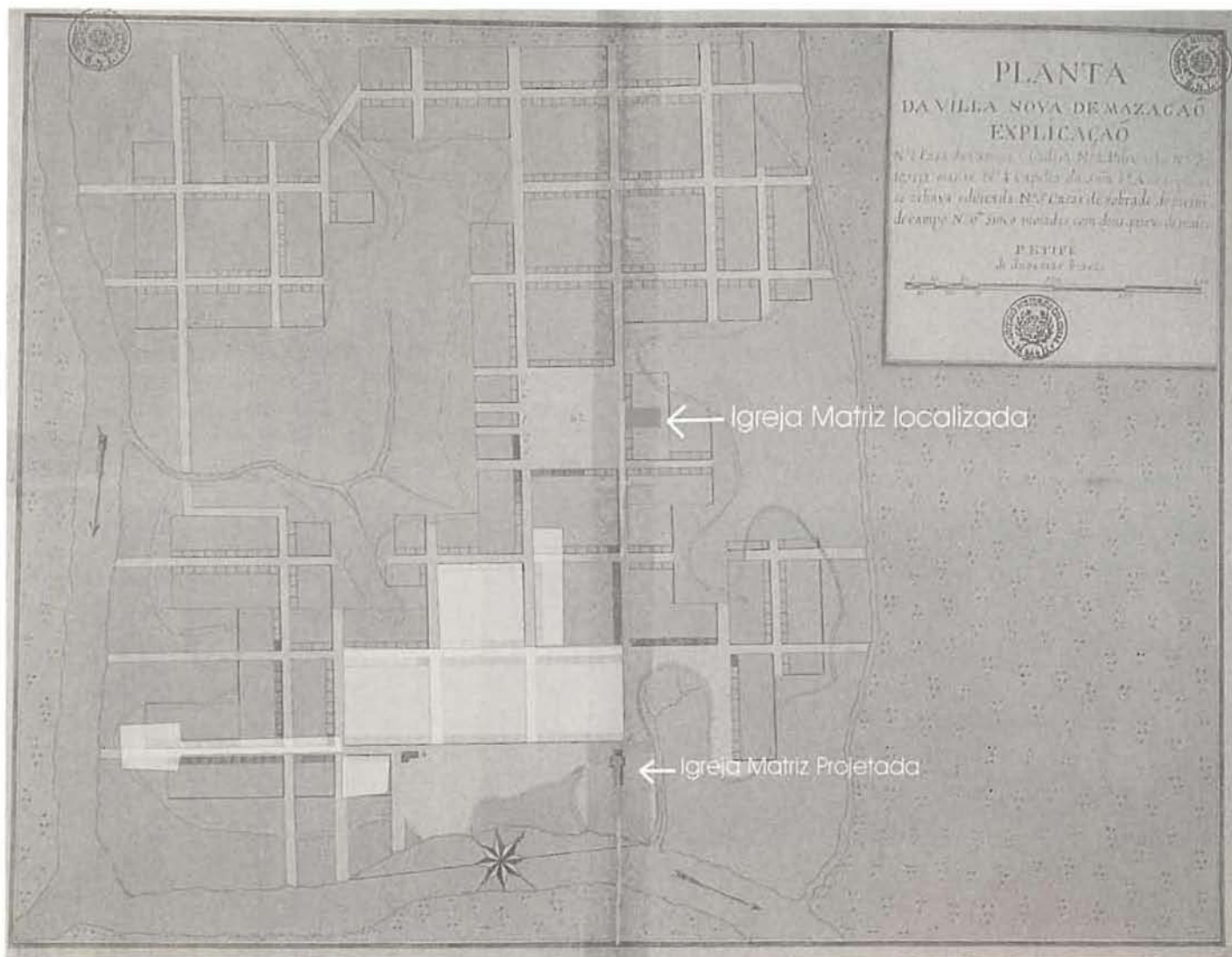


► Figura 25.  
Extensão  
longitudinal das  
ruínas localizadas  
por decapagem  
superficial. A nave  
de uma igreja.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

Por outro lado, do ponto de vista do traçado urbanístico, a igreja localizada nas proximidades do rio, de acordo com a planta da cidade, divergia das práticas de então, quando a matriz era, quase sempre posicionada no conjunto da praça principal, compondo com a casa de Câmara, o pelourinho, e demais prédios públicos. A superposição da planta de situação das ruínas da igreja à antiga planta da Vila, indica que o local ocupado pela ruína da igreja corresponde a um dos lados de uma grande praça, na qual teria sido construído o pelourinho (Figura 26).

Outro aspecto revelado pela prospecção realizada diz respeito à técnica de construção utilizada, e ao material empregado. Com base na documentação histórica acreditava-se até então que na construção dos edifícios da Vila apenas haviam sido empregadas madeira e taipa. As cobertas seriam em palha-buçu.

Este não foi o quadro revelado pela análise das ruínas. Certamente as paredes estruturais da igreja foram em pedra, com esteios de madeira (Figura 27).



► Figura 26. Sobre planta de Sambucetti, assinalado em amarelo a dimensão atual do povoado. Estão ainda assinaladas as posições da matriz, no projeto e a posição das ruínas localizadas. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.



► Figura 27.  
Marcas deixadas  
nas paredes que  
permaneceram em  
pé, pelos esteios  
incrustados em seu  
interior.

Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

Grossas madeiras, algumas em sua forma natural, cilíndricas, outras lavradas com cerca de 30 cm de lado (Figura 28). Os esteios de madeira nasciam da base dos alicerces, com cerca de 1,70m<sup>12</sup> de profundidade e elevavam-se até a empena. A profundidade dos alicerces, associada à sua espessura revelam que provavelmente a construção da igreja previa a utilização da nave para abrigar sepultamentos. Uma prática certamente comum no século XVIII (Figura 29).



► Figura 28. Vista do alicerce da parede da nave onde se pode observar a sequência de lacunas decorrente da decomposição dos esteios de madeira. No limite do alicerce, a partir de onde teria início a parede, a estrutura era nivelada por uma camada de tijolos. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.

<sup>12</sup> Foi possível determinar a profundidade dos alicerces devido ao espaço gerado pela decomposição dos esteios de madeira.



► Figura 29.  
Lacuna deixada no  
alicerce pela  
desintegração da  
madeira do esteio.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

Por outro lado, as paredes internas e as colunas de sustentação dos arcos que introduziam ao altar mor e altares laterais, estas foram construídas em tijolos rejuntados com argamassa de cal ou simplesmente argamassa de barro (Figura 30).



► Figura 30.  
Colunas e paredes  
interiores em tijolos  
rejuntados com  
argamassa de cal.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

O traçado das ruas do povoado é retilíneo e ortogonal; esta característica, entretanto, corresponde à de muitas das áreas urbanas planejadas, como é o caso da planta da Vila Nova Mazagão. Por outro lado, ao se analisar a largura das ruas, as medidas das fachadas, as fachadas das casas que se confrontam, os valores obtidos mostram uma correspondência inequívoca, com os valores projetados para as ruas, na planta setecentista. Além das ruas as quadras formadas, com algumas exceções também correspondem às dimensões das quadras projetadas. Entretanto, a análise da planta do povoado atual revela um número de quadras significativamente inferior àquele que consta da planta de planejamento da Vila.

A análise arqueológica permitiu concluir-se que o povoado atualmente conhecido como Mazagão Velho, é de fato remanescente da vila setecentista 'Nova Mazagão', mandada construir por D. José I para receber a população que mandara evacuar da Mazagão, no Marrocos.

Com a depopulação resultante do abandono que ocorreu em 1783, os remanescentes ou as futuras gerações se aglutinaram ocupando apenas uma pequena área do espaço urbano. Mazagão, como a fênix parece ter renascido em diferentes ocasiões. Sua participação no quadro político se manteve, e os mazaganenses participaram ativamente das diferentes revoltas populares do século XIX.

Nova Mazagão não era de fato uma vila pequena, estendia-se por uma ampla área. A praça principal ocupando aproximadamente o centro da Vila distava cerca de três quadras do rio Mutuacá, que banhava a Villa.

Por outro lado, o Mutuacá foi durante muito tempo praticamente a única via de acesso à Nova Mazagão, que permitia o contato com as demais vilas. Durante o século XVIII, embora se buscasse intensamente encontrar um caminho por terra que ligasse a Nova Mazagão a Macapá, não se logrou êxito. Grande parte das terras que separam Mazagão de Macapá é constituída de terras baixas, cobertas ora por campos inundados ora por florestas de igapó, que permanecem alagadas boa parte do ano. A ausência de comunicação por terra é mencionada em vários documentos, e mais, é exposta através do traçado da vila que praticamente se fecha em si. Não se observam saídas da vila, caminhos de acesso, em toda a documentação iconográfica resgatada.

No contexto da evasão de grande parte da população, quiçá dos administradores, a população remanescente pouco a pouco se concentra em torno do rio. Dali poderiam partir para outros povoados, para Macapá, ou simplesmente para pescar.

A área que permaneceu ocupada se concentra nas imediações do rio, entre os igarapés. Considerando que os edifícios públicos da administração, a praça principal, representavam a área central, de maior importância da Vila, há que se buscar entender porque não foi esta a área em que teria se concentrado a população remanescente. Alguns pontos podem ser levantados: a vila não foi destituída de suas prerrogativas quando grande parte da população



a abandonou. Assim, os edifícios públicos continuavam desocupados aguardando a retomada de suas funções. Deste modo teriam permanecido até arruinarem-se, ruírem.

O resultado obtido nesta análise comparativa permite se identificar que apenas uma diminuta parcela da área anteriormente ocupada pela Vila de Mazagão é hoje ocupada pelo povoado.

Grande parte da antiga Vila hoje se encontra tomada pela floresta. Considerando-se a superposição das antigas plantas com a configuração atual do terreno, obtida durante a prospecção preliminar através da triangulação de pontos notáveis, temos que considerar a hipótese de que o antigo centro administrativo foi abandonado e as principais quadras de seu entorno estariam hoje em meio à mata.

Assim, a pesquisa arqueológica de campo concentrou esforços prospectando principalmente áreas hoje ocupadas pela floresta, que circundam o povoado de Mazagão Velho.

Inicialmente se buscou, identificar na planta setecentista a área em que foram localizadas as ruínas, de modo a se buscar associações entre a ruína existente e a estrutura planejada. Através de triangulação, foi possível sobrepor-se elementos conhecidos nas plantas setecentistas à planta atual do povoado.

Além das ruínas da igreja a prospecção registrou em meio à mata que circunda o povoado, vestígios que sugerem se tratar de ruas e habitações de há muito abandonadas. Integrariam quadras do plano original do século XVIII, quiçá com mais de um século ou mesmo dois séculos, inteiramente em desuso.

## **Vila Vistoza da Madre de Deus: o apoio oculto na mata**

Desde 1763, quando tomou posse como Governador do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive comandava no Estado a execução do plano de povoar e defender aquelas terras do Norte. Garantir a defesa do acesso ao rio das Amazonas era uma tarefa das mais árduas. Apenas o estabelecimento de povoadores, de colonos fixados na área poderia manter permanentemente forças de defesa. Desde 1751 colonos açorianos haviam sido enviados para Macapá, ponto estratégico de defesa do canal Norte do Rio. A área já havia sido palco de investida de muitos aventureiros. Ingleses, franceses, holandeses já haviam tentado se estabelecer na área. Também os portugueses lutavam por sua posse.

A estratégia adotada desde cedo durante o reinado de D. José I, fora a de buscar povoar a Amazônia. Muitas das missões religiosas foram transformadas em vilas, adotando o nome de vilas portuguesas. Povoados e mesmo vilas foram criadas, sessenta ao todo, apenas entre os anos de 1755 e 1759 (DELSON, 1997).

Em 1758 Macapá recebera foro de Vila, mas não dispunha de uma estrutura de defesa suficiente para garantir que estrangeiros não viessem a subir o Grande Rio. Em 1761 Gronsfeld elabora o Plano para Macapá, assim como projeta uma fortificação para a Vila. Mas é só em 1764 que um projeto definitivo (Galúcio) para aquela fortaleza é aprovado e as obras são iniciadas. Mas a defesa está alicerçada não apenas nas obras de engenharia. Requer homens, requer suporte de mantimentos, sobretudo sob a ótica da 'guerra de cerco'. Outras povoações seriam necessárias para dar suporte a Macapá. Assim é que, em 1767 o Desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão, encarregado pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, vem a fundar a Vila Vistosa da Madre de Deus. O local escolhido foi a margem do rio Anauarapucu, que deságua no Amazonas. Embora distante de Macapá, as vilas podiam se comunicar diretamente através dos rios.

Segundo o relato do próprio Desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão, seis meses foram suficientes para que 112 casas de madeira fossem construídas. Cuidou ainda nesse tempo da construção da igreja e da casa do pároco<sup>13</sup>.

Mais tarde, em 1769, o Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive informado por Mendonça Furtado da decisão de D. José de transferir a população de Mazagão, em Marrocos, para a Amazônia, sugere que o local a ser escolhido para a nova vila seja tal que sua população possa vir a dar apoio às vilas de Macapá e Vila Vistoza<sup>14</sup>.

Do mesmo modo que aconteceu a muitas vilas de então, no século XVIII, Macapá, Vila Vistoza, Nova Mazagão foram assoladas por epidemias.

Também como outras vilas de então, desgostosa com a situação, e provavelmente atribuindo as moléstias aos 'maus ares', a população migrou, e a antiga vila desapareceu.

Hoje da Vila Vistosa da Madre de Deus resta apenas a memória inscrita nos documentos. Diante da população atual nem mesmo se mantém as memórias transmitidas através das gerações. O quanto resta do traçado da antiga vila, de suas construções não se sabe ao certo. Abandonada foi tomada pela mata que hoje esconde pelo menos parte de suas ruínas; vestígios daqueles tempos que poderão ser resgatados arqueologicamente (Figura 31) (ALBUQUERQUE et al., 2004).

Quando da migração de sua população, o abandono das casas, quanto teria sido deixado para trás, além de seus mortos? Como eram as construções das casas e das obras públicas de então? Estas são algumas das perguntas que frequentemente se faz, cujas respostas permitiram uma

<sup>13</sup> "no breve espaço de seis meses a edificou com 112 casas armada de madeira para os seus habitadores, Igreja preparada para os mesmos ouvirem missa, com casa de residência para o Parocho, tudo feito em bela Regularidade..." AHU, Pará Caixa 818 / 28 de junho de 1767. Residência do Desembargador Feliciano Ramos Nobre Gusmão (apud ARAÚJO, 1998).

<sup>14</sup> Que a Nova Vila de Mazagão se fizesse "para se darem as mãos com o Macapá, e com Vila Vistoza (apud ARAÚJO, 1998).

visão do que seriam as vilas planejadas para o Brasil. Tema sobremodo importante haja vista a recorrência das afirmações de que as cidades brasileiras dos primeiros séculos não seriam planejadas, nasciam e cresciam espontaneamente, sem atender a uma diretriz.

A prospecção arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE nas margens do Rio Vila Nova, por solicitação conjunta do Governo do Amapá e da 2ª SR do IPHAN, revelou paredões em ruínas, localizados em meio à mata (Figura 32).



► Figura 31.  
Ruínas em pedra,  
em meio a mata.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 32.  
Removida a  
vegetação que  
cobria as estruturas  
em pedra, pode-se  
observar a ruína de  
uma igreja  
abandonada.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

Uma prospecção preliminar das ruínas permitiu identificar que se tratava de uma igreja, possivelmente relacionada à antiga Vila Vistoza, que se articulava com a Vila de Mazagão e a Vila de Macapá, na estratégia de defesa do acesso ao rio Amazonas, através do canal do Norte.

Em uma próxima etapa de trabalhos de campo serão buscados indícios que possam vir a comprovar ou negar a presença de uma malha urbana associada às ruínas encontradas, os vestígios das casas da Vila Vistoza.

Outros pontos foram prospectados pela equipe, alguns dos quais se mostraram muito promissores, do ponto de vista da arqueologia histórica.

## Igarapé da Fortaleza e o Forte de Cumaú

Durante o século XVII a foz do Amazonas disputada por portugueses por ingleses, holandeses e franceses, foi palco de sucessivos conflitos.

Mas foram os ingleses que se estabelecem mais ao norte, na foz do Amazonas, no canal norte, nas proximidades de onde hoje é a cidade de Macapá; aí fundam em 1631 o forte de Cumaú.

Em 1688, os portugueses, tendo conquistado a área, constroem sobre as ruínas do antigo forte de Cumaú, construído pelos ingleses, um novo forte: o Forte de Santo Antônio do Macapá.

Mas o Forte não foi capaz de garantir aos portugueses o domínio da área. Em 1697 o Forte de Santo Antônio do Macapá foi dominado por franceses que desciam de Caiena.

Mesmo depois de retomado o fortim por Francisco de Souza Fundão e João Muniz de Mendonça Furtado e expulsos os franceses, continuaram as disputas entre Portugal e França pelos limites de suas fronteiras, e a área de Macapá permanecia sob a constante ameaça de invasão.

Em 1738 os portugueses ergueram um pequeno baluarte a cerca de 2 ½ léguas de distância do Forte de Santo Antônio, provavelmente na área hoje ocupada pela Fortaleza de São José. Mas aquela defesa não fora considerada suficiente. O Conselho Ultramarino, sobretudo a partir de 1740, encaminhara ao Rei diversas solicitações para que ali fosse construída uma fortificação de maior envergadura.

O deslocamento do centro de atenções de defesa para a Fortaleza de São José de Macapá, possivelmente marcou o início do abandono do antigo Forte de Santo Antônio, que fora antes o Forte de Cumaú.

Vestígios deste forte foram localizados durante uma prospecção arqueológica realizada por nossa equipe. Na ocasião foi possível constatar que, apesar de construído em terra, grande parte de suas muralhas e parapeito, ainda se encontra preservada (Figura 33).



► Figura 33.  
 Detalhe da ruína de  
 antigo parapeito  
 em terra,  
 parcialmente  
 destruído.  
 Foto: Acervo do  
 Laboratório de  
 Arqueologia, UFPE.

O antigo forte foi em parte mutilado, mas ainda restam algumas de suas estruturas, como a forja de balas de canhão, que é um alvo promissor para a pesquisa arqueológica (Figura 34).



► Figura 34.  
 Conjunto  
 remanescente do  
 parapeito em terra,  
 que se debruçava  
 para o rio.  
 Foto: Acervo do  
 Laboratório de  
 Arqueologia, UFPE.

## Vigia do Curiaú

A foz do Amazonas, pontilhada de ilhas de diferentes tamanhos representa à primeira vista uma navegação com múltiplas opções. Para os navios, embarcações de maior calado, entretanto os bancos de areia representam um perigo à navegação. Assim é que alguns canais principais são os efetivamente usados pela navegação de maior porte. Assim como hoje, também no século XVIII o canal Norte do Amazonas era frequentado pelas grandes embarcações da época, que demandavam subir o Rio. Do ponto de vista da segurança, era um ponto estratégico a ser defendido. Deste modo foi construída a Fortaleza de São José de Macapá, defendendo a entrada Norte do Rio.

Mas a presença de ilhas, de recortes da costa, da alta vegetação florestal estorvava a visão dos sentinelas da Fortaleza, que só viriam um inimigo que demandasse a costa quando ele já estivesse muito próximo.

Deste modo, em 1761, o Governador do Maranhão e Grão-Pará, Bernardo de Melo e Castro mandou que fosse construída à margem direita do Rio Curiaú, na sua confluência com o Amazonas, uma 'Vigia'. Era constituída por uma casa para abrigar a tropa deslocada (o corpo da guarda), e uma guarita, distante cerca de 150m da terra firme, provavelmente sobre um trapiche.

Dali a sentinela poderia avistar qualquer embarcação que se aproximasse pelo canal do Norte, muito antes que pudesse ser vista da Fortaleza. Assim, avistada uma embarcação, a fortaleza deveria ser avisada da aproximação: durante o dia, pelo hastear de uma grande bandeira em mastro próprio; se à noite, pelo espocar de foguetes ou tiros.

Considerando a mobilidade da foz do Curiaú, estudos geoarqueológicos poderiam promover uma aproximação mais fechada que permitisse identificar-se e mesmo localizar-se os vestígios da antiga 'vigia'. Uma primeira aproximação de sua localização foi possível, em decorrência da prospecção arqueológica ali realizada por nossa equipe (Figura 35). Alguns vestígios de estruturas foram localizados à superfície, entretanto não se pode ainda assegurar que se trata de remanescentes da casa da tropa. A análise das barrancas nas proximidades da foz permitiu identificarem-se os pontos de maior potencial arqueológico.

## Forte no Rio Maracá – Amapá

A região de Maracá tem sido alvo de várias missões arqueológicas, desde a segunda metade do século XIX, até o XXI. Ali o principal enfoque tem sido os sítios arqueológicos pré-históricos, da tradição ceramista conhecida como Maracá, que na realidade estão representados sobretudo por sítios cemitérios.



► Figura 35.  
 Área onde afloram  
 vestígios e que  
 poderiam estar  
 associados ao  
 abrigo dos soldados  
 ou mesmo da vigia.  
 Foto: Acervo do  
 Laboratório de  
 Arqueologia, UFPE.

Mas informações históricas sugerem que ali teria existido ainda uma fortificação em terra. A prospecção arqueológica ali realizada permitiu a identificação de um conjunto de trincheiras em terra, que representam um ponto de grande interesse arqueológico, haja vista a possibilidade de uma eventual conexão daquele grupo europeu com a população ceramista Maracá (Figura 36).

Dentre o material resgatado nas urnas funerárias encontradas por Guedes em 1897, foi identificada uma “pulseira de contas de vidro brancas e azuis”. A presença de contas de vidro em um sepultamento Maracá sinaliza no sentido de um possível contato destes grupos com europeus, provavelmente nos séculos XVI ou XVII, tivesse ele sido pacífico ou não, ou mesmo um contato indireto. Remete ainda a uma datação bem recente para a cerâmica Maracá.

O Ten-Cel Aureliano Lima Guedes na condição de auxiliar do Diretor do Museu Paraense, o cientista Emilio Goeldi, realizou um levantamento na região de Maracá, na área do Igarapé do Lago e seus pequenos afluentes. Os sítios arqueológicos localizados por Guedes foram registrados mais tarde por Simões (1972), um dos quais como AP-MZ-2, na Ilha da Fortaleza.

► Figura 36. Local onde foram identificados remanescentes de trincheiras, cujos ângulos bem poderiam estar associados à estrutura de defesa. A área está voltada para o ponto de acesso fluvial das terras não inundadas. Foto: Acervo do Laboratório de Arqueologia, UFPE.



## Colônia Militar Pedro II nas Margens do Rio Araguari, Amapá

As disputas pelas terras entre o Oiapoque e o Araguari ainda ecoavam em meados do século XIX. Apesar dos tratados havidos, os franceses insistiam em associar o 'rio de Pinzón' com o Araguari, e não com o Oiapoque, o que alterava sensivelmente os limites entre Brasil e a Guiana Francesa. A Revolta Cabana exigia grande atenção do Governo Brasileiro, e de certa forma reduzindo o foco em relação aos limites territoriais. Valendo-se desta situação, em 1835, o governo Francês, através do governador de Caiena, Lourens Choise, estabeleceu uma guarnição militar, próxima do Lago dos Bagres. A tentativa de resolver a questão pelas vias diplomáticas não logrou êxito. Visando impedir o avanço francês na região, em 29 de abril de 1840, foi instalada a Colônia Militar de D. Pedro II, à margem esquerda do rio Araguari, entre seus afluentes Aporema e Tracajatuba. Por outro lado, o boicote econômico imposto aos produtos franceses pela população brasileira em represália àquela atitude, levou o governo francês a reconsiderar suas ações, e em 10 de julho de 1841, as tropas francesas foram retiradas da região. Posteriormente a questão foi definitivamente resolvida pelas vias diplomáticas.



A prospecção arqueológica realizada pela equipe na margem esquerda do rio Araguari, entre seus afluentes Aporema e Tracajatuba, conduziu à localização de uma área desabitada em que aflora à superfície vários fragmentos de faiança e outros objetos reconhecidos como do século XIX, que bem poderiam estar associados à antiga Colônia Militar.

## Base Aérea de Amapá

No início do século XIX, quando da formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, cogitou-se na incorporação de um outro 'reino' formado pela integração das Guianas brasileira, francesa, inglesa e holandesa formando um único território. O objetivo declarado desta integração era o de proteger a foz do Amazonas. A idéia não chegou a ser implementada, mas, durante a II Guerra Mundial, o presidente da Guiana inglesa, Ched Jagan, retomava a idéia de união daqueles territórios. Na realidade, os rumos tomados pela Grande Guerra iriam impulsionar uma tomada de posição para a defesa da área, como porta de acesso à América do Sul. O Nordeste e o Norte do Brasil representavam os pontos avançados entre a Europa e a América do Sul, e sua defesa foi considerada vital para a defesa do continente. Com base neste entendimento, os governos brasileiro e norte americano assinaram um acordo que incluía as três Guianas e o Amapá na área de segurança Norte/Nordeste do Brasil. Com base neste acordo foi construída a Base Aérea de Amapá para servir de apoio às ações aliadas.

Em 1942/43, do outro lado do oceano, os aliados se viram compelidos a invadir o norte da África, no intuito de barrar as ações do "Eixo" que ameaçavam tomar toda a orla Sul do Mediterrâneo. Estes acontecimentos forçaram a rápida implementação de bases aliadas no Norte e Nordeste do Brasil.

Para a construção da Base do Amapá foram enviados cinco mil trabalhadores, na maioria do Nordeste. As tarefas especializadas ficaram a cargo de estrangeiros enviados para o trabalho, e o comando das ações ficou a cargo da Marinha Norte-Americana. Ali foi instalada uma pista para os "blimps" ou aeródromo, que recebeu o primeiro zepelim em 1943, vindo diretamente dos Estados Unidos (Figura 37).

Entre 1942/43 foi intensa a atuação da Base Aérea do Amapá no combate aos submarinos inimigos que frequentavam a costa do Amapá e das Guianas. Mas, em 1944 reduziram-se as ações na Base, com o deslocamento dos aviões e zepelins para outras áreas.

Terminada a guerra, retiraram-se as tropas e funcionários norte-americanos e entre 1947/48 a Base foi devolvida à FAB. Além das instalações e equipamentos de uso estritamente militares, a base aérea incluía uma infraestrutura para acomodar o pessoal envolvido; um núcleo populacional com moderna infraestrutura de saneamento. Em torno da base surgiram os núcleos populacionais dos trabalhadores (Figura 38).

► Figura 37.  
Torre de atracação  
do craft Zeppelin,  
na Base Aérea do  
Amapá.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



► Figura 38.  
Um dos bunkers  
construídos na  
Base Aérea do  
Amapá.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.



Quando de sua desativação, instalações e equipamentos foram repassados à FAB e em parte abandonados. Durante um período ali permaneceu um corpo de guarda, especialmente criado para proteger o equipamento.

Hoje a área foi transformada em Museu ao ar livre, mas não tem recebido os necessários cuidados (Figura 39). O atual Governo estuda a possibilidade de realizar ali uma pesquisa que identifique todas as estruturas existentes e revitalizar a área para a visitação pública.



► Figura 39.  
Sede do Museu a  
céu aberto da 2ª  
Grande Guerra, na  
Base Aérea do  
Amapá.  
Foto: Acervo do  
Laboratório de  
Arqueologia, UFPE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a dimensão continental desta região, ainda hoje não se pode afirmar que este complexo é verdadeiramente conhecido. Até porque, alguns “segredos” da Amazônia, como recursos minerais, etc., podem ser revelados através da moderna tecnologia, porém, outros não. O conhecimento milenar, acumulado em “cápsulas de cultura” já tem se deteriorado aceleradamente após o contato. Claro que muitas informações etnológicas foram resgatadas por pesquisadores sérios, e muitos dos “segredos” amazônicos devidamente registrados. Destaque-se, dentre outros, o grande papel desempenhado pelos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, hoje detentor e difusor de um grande número de informações acerca desta vasta região.

A arqueologia, aliada a outros saberes, contribuirá de forma significativa para o melhor entendimento desta região, tanto do período pré contato, como da expansão do sistema colonial europeu, sobretudo de muitos dos elementos submetidos a um processo de “amnésia histórica”, intencionalmente direcionada.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. **Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá**. Rio de Janeiro: RONA, 2008.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. **Cerimônia em homenagem aos primeiros mazaganenses vindos do Marrocos para o Brasil**. Produção: Marcos A. G. M. Albuquerque. Recife: Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes, 2006. 1 DVD (31 min) son., color. dubl.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. **Cidades Pombalinas na Amazônia**. In: FÓRUM LUSO-BRASILEIRO DE ARQUEOLOGIA URBANA, 1., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. p.143
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M. **Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá**. In: SIMPÓSIO DE TÉCNICAS AVANÇADAS EM CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS, 3., 2006, Olinda. **Trabalho...** Olinda: AERPA, 2006. v. 1. p. 313.
- ALBUQUERQUE, M. **Arqueologia de Mazagão Velho**, p.2. Disponível em: <[http://www.magmarqueologia.pro.br/arqueologia\\_historica.asp?fs=arqueologia\\_historica/vilas\\_cid\\_pov.asp](http://www.magmarqueologia.pro.br/arqueologia_historica.asp?fs=arqueologia_historica/vilas_cid_pov.asp)>. Acesso em: 17 mar. 2010.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. **Reconhecimento arqueológico na área onde teria existido a vila Vistosa de Nossa Senhora da Madre de Deus, construída na segunda metade do Séc. XVIII**. Projeto. Recife: UFPE, IPHAN, 2004.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; SANTOS, C. **Forte de Óbidos - Arqueologia de um monumento**. Produção: Marcos Albuquerque; Veleda. Lucena e C. Santos. Recife: Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, 1993. 1 Videocassete (130 min), VHS, son., color. dubl. port.
- ALCÂNTARA, D. M. S. **Fortaleza de São José de Macapá**. Rio de Janeiro: H. J. Cole, 1979. 24 p. il. Arrumar alfabetação vai pra baixo do albuquerque
- ARAÚJO, R. M. de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão**. 2 ed. Porto: FAUP, 1998. p. 266. Ver alfabetação pela formatação
- DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Tradução e revisão de Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
- DUARTE, M. **O Povoamento da Amazônia na segunda metade do século XVIII: execução do projeto pombalino**. 2006. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- FONTANA, R. **As obras dos engenheiros militares Galuzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 35-37.
- FUNDAÇÃO EMÍLIO ODEBRECHT. **Mapa: imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 1993. 396 p. il.
- MAGALHÃES, M. P. **Relatório das escavações arqueológicas na Fortaleza de São José de Macapá**. Macapá, 1999.
- MATOS, J. S. de. **Cidade Portuguesa de Mazagão: patrimônio mundial em 2004**. Disponível em: <[http://www.marinha.pt/extra/revista/ra\\_dez2004/pag\\_17.html](http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_dez2004/pag_17.html)>. Acesso em: 27 ago. 2006.
- NOGUEIRA, R. **O Sistema defensivo da foz setentrional do Amazonas**. O Caso da Vila Nova de Mazagão. 2006. 55f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

- PIROTO, J. M. de V.; AFONSO, A.; SERRÃO, J. V. **Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)**. Lisboa: DSE, IANTT, AHM, 2003. p. 44.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- REIS, A. C. F. **História de Óbidos**. 2. ed. Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil, v. 123)
- SIMÕES, M. F. Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 18, 1972.

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico - Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

**COMO CITAR ESTA OBRA:**

*ALBUQUERQUE, Marcos e LUCENA, Veleda. Arqueologia Amazônica: O potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras, in: Arqueologia Amazônica 2 / Organizado por Edithe Pereira e Vera Guapindaia, p. 968-1019. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010.*

ISBN: 978-85-61377-22-9